



A INTERAÇÃO ENTRE CONTEXTO, ATIVIDADES E CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS NO MUNDO ACADÊMICO

Laura da Veiga
Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutora em
Sociologia pela Universidade de Stanford)

1 INTRODUÇÃO

Preocupações com a influência de contextos históricos ou organizacionais sobre a ciência, análises sistematicamente orientadas para explicar as lógicas que informam a produção de conhecimento científico ou a emergência de corporações de profissionais que se dedicam a esta atividade, controvérsias sobre o caráter cumulativo ou não da ciência são alguns dos temas tratados por trabalhos das Ciências Sociais, Filosofia e História, dedicados ao entendimento do processo mais geral do crescente aumento de importância das ciências modernas como parte dos sistemas culturais das sociedades industrializadas.

No campo da sociologia *stricto sensu*, o exame das ciências modernas enquanto sistema cultural onde se reproduzem e validam postulados de conhecimento sobre os mundos natural e social, assim como dos constrangimentos materiais e simbólicos que limitam o desenvolvimento e a legitimação das práticas e afirmações científicas, têm sido objeto de análises sociológicas desde os anos trinta. No entanto, a literatura indica a renovação do interesse por tais temáticas e o aumento da produção a partir dos meados da década de sessenta.

1.1 UM BALANÇO PRELIMINAR NA LITERATURA

Apesar de já encontrarmos nos clássicos preocupações com a instituição científica¹, é Mannheim quem estabelece as bases para a criação de uma sociologia especializada no tema.

Mannheim em seu livro *Ideology and Utopia* (1936), publicado pela primeira vez em 1929, cunhou o termo "sociologia do conhecimento" e enfatizou o caráter historicamente condicionado das teorias sociais, mantendo, no entanto, como universal o conhecimento produzido pelas ciências naturais. Nesta obra, Mannheim explora a emergência de grupos profissionais (*intelligentsia*), supostamente capazes, em virtude do treinamento recebido, de se tornarem relativamente autônomos em relação às influências do contexto sociopolítico.

A tese do possível desenraizamento da *intelligentsia* de Mannheim foi exacerbada por Merton ao postular o *ethos* da ciência como esfera autônoma da ação. A instituição social da ciência, para Merton, baseia-se em critérios universais de validade científica e de valor científico. Além do universalismo, o autor insiste em que o *ethos* da ciência envolveria o "comunismo", o "ceticismo organizado" e o "conhecimento desinteressado" (Merton, 1985).

Com o artigo "Priorities in Scientific Discovery: a chapter in the sociology of science", publicado em 1957, Merton possibilitou a abertura de um campo de preocupações substantivas para a análise dos processos organizativos das comunidades de cientistas e para a instituição da ciência. Os processos de competição, comunicação e conhecimento profissional, aliados às teorias da estratificação, serão explorados por Hagstrom em *The scientific community* (1965) e, posteriormente, por Jonathan Cole, Stephen Cole, Diana Crane e Harriet Zuckerman. A produção dos Estados Unidos focalizou assim os sistemas de recompensas e de estratificação, além dos temas sugeridos pelos trabalhos de Derek de Solla Price relacionados ao desenvolvimento da ciência e à descoberta de possíveis regularidades (Ben-David, 1978, p.196-200). As temáticas em torno das quais centravam-se os interesses dos cientistas sociais nos Estados Unidos eram variadas, mas as abordagens compartilhavam a concepção mertoniana sobre o *ethos* da ciência. As perguntas substantivas de cada autor sempre traziam um componente adicional: que processos, estruturas organizacionais ou instituições eram funcionalmente adequados à realização deste *ethos* e quais eram responsáveis por desvios.

¹Os problemas sociais que resultaram nas emergências de concepções secularizadas e racionais do mundo (Weber), na produção ativa do mundo material e simbólico (Marx) ou na alteração das bases da solidariedade que sustentam a ordem social (Durkheim), estão na origem da criação da sociologia enquanto campo disciplinar (Nisbet, 1967).

Na Europa, o interesse de cientistas sociais pela temática é retomado somente no final da década de sessenta.

O tipo de análise predominante nos Estados Unidos e Europa até meados da década de sessenta assumiu que o conhecimento científico foi essencialmente unitário, produzido por métodos e procedimentos diferenciados, mas justificado em termos de uma lógica única que garantiria seu valor de verdade e sua natureza progressiva. Assim, o desenvolvimento do conhecimento científico foi tratado como um processo racional não-contingente das condições sociais de sua produção e avaliação.

A sociologia da ciência e a sociologia do conhecimento não problematizaram o aparato analítico das ciências naturais e da matemática, dedicando-se ao exame dos determinantes sociais do pensamento social e do sistema social que possibilitava a geração do verdadeiro conhecimento do mundo natural (Whitley, 1984, p.1).

Mannheim e Merton, cada um a seu modo, correspondem à caracterização de Whitley. Merton, por exemplo, ao postular a ciência como esfera autônoma de ação, incorpora a "idealização" popperiana da ciência unitária, mas sem se deter nas diferenciações perceptíveis nas práticas de cientistas na vida cotidiana.

A partir da publicação do livro de Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, em 1962, os procedimentos adotados nas ciências naturais passaram também a ser objetos de disputas. Aí Kuhn, desenvolvendo as idéias de Polanyi e Bachelard, discorda do argumento popperiano, segundo o qual a ciência seria um campo aberto ao exercício constante da crítica (a refutação) e que as mudanças na aceitação de teorias seriam oriundas de processos racionais ou poderiam ser racionalmente reconstituídas, estando sob a abrangência da "lógica da descoberta". Kuhn, ao contrário, postula que a ciência normal se baseia em "truth by consensus", onde as críticas não seriam incorporadas e as evidências contrárias à teoria dominante permaneceriam ignoradas sem serem exploradas como possíveis fontes de teorias alternativas. Assim, enquanto para Popper ciência é uma revolução permanente e a crítica o cerne do empreendimento científico, para Kuhn a revolução é excepcional e induzida extra-cientificamente, em que a crítica é anátema no período de "ciência normal". Kuhn usa a expressão "paradigma" para indicar o conjunto de problemas que ocupa a atenção dos profissionais de uma área disciplinar e as regras aceitas pela comunidade de especialistas para decidir se os problemas foram ou não adequadamente enfrentados e se as soluções encontradas podem ou não ser legitimamente aceitas.²

Na conferência organizada em Londres, em 1965, em torno do trabalho de Kuhn, a possibilidade de que a sociologia, a psicologia e a história pudessem ter contribuições relevantes para entender o desenvolvimento do conhecimento científico é negada por Popper ou limitada a um papel residual por Lakatos (Lakatos, Musgrave, 1977, p.57-58).

Apesar da insistência de Popper e Lakatos em negar que dimensões sociológicas pudessem ser relevantes para exame do desenvolvimento do conhecimento científico, o trabalho de Kuhn estimulou cientistas sociais a procurarem especificar a importância do social na produção do conhecimento, seja o das Ciências Humanas, seja o das Ciências Naturais. Mas uma parte deste esforço ainda se manteve prisioneira do que Whitley denominava pressuposto da "inevitabilidade" em que estaria subjacente também a abordagem de Kuhn: uma vez que uma ciência se tornasse madura através de processos não especificados, ela seguiria o mesmo padrão de mudança intelectual, independentemente das circunstâncias externas (Whitley, 1984, p.3).

Outra tendência que marcou os trabalhos pós-Kuhnianos sobre sociologia da ciência, na Europa em especial, foi o exame do tema da racionalidade epistemológica e das implicações do reducionismo sociológico na análise da mudança intelectual. Neste campo, destacam-se as contribuições de Bloor e Barnes, filiados ao grupo de Edimburgo, com o denominado "programa forte" da sociologia da ciência ou o "programa relativista" de H. M. Collins.³ Estes estudos procuram mostrar como as mudanças intelectuais são socialmente contingentes e não o resultado de racionalidades epistemológicas e de teorias filosóficas do progresso científico.

Whitley, mesmo sem entrar no mérito das possíveis contribuições do grupo de Edimburgo ou dos estudos etnográficos sobre a ciência para demonstrar a influência de fatores não-epistemológicos na resolução de controvérsias científicas, declara-se insatisfeito com o pouco destaque dado a estudos comparativos que permitissem analisar se os processos sociais envolvidos em diferentes tipos de controvérsias variam significativamente em situações diferenciadas ou se os conflitos científicos são diferentes de outros tipos de disputas. Do mesmo modo, Whitley indica que os estudos de laboratório (Latour, Woolgar, Knorr-Cetina) mostram-se pouco úteis para os que se interessam por uma sociologia comparativa da mudança científica (Whitley, 1984, p.5). A solução do autor é tratar as ciências

prática bem-sucedida". Aos "empenhamentos partilhados pelo grupo" denomina matriz disciplinar. (Kuhn, 1989, p.381).

³Nesta revisão não trataremos da controvérsia sobre o "programa forte" que sobre objeções sérias de Laudan, dentre outros (Brown, 1984).

²Posteriormente, Kuhn, em artigo publicado em 1974, redefine o termo paradigma e o limita de certo modo a "exemplos partilhados de

modernas como um tipo particular de organização de trabalho que constrói conhecimento de modo diferente em diferentes contextos (Whitley, 1984, p.6).

Whitley propõe um modelo calcado na teoria organizacional desenvolvida por Woodwar, Thompson e Perrow, daí derivando uma variedade de estruturas organizacionais a partir das características do ambiente (contexto), da natureza das atividades que ocupam os profissionais de cada área e das necessidades de coordenação aí envolvidas. Tal modelo, segundo o autor, é mais frutífero pois permitiria a comparação de diferentes contextos de produção de conhecimento com graus de diferenciados de consenso ou dissenso internos, destacando possíveis influências de fatores sociológicos, mas procurando evitar os pressupostos da uniformidade e o da inevitabilidade de padrões de mudança cultural, por um lado, e um excessivo reducionismo sociológico, por outro.

Segundo Whitley, o contexto externo exerceria maior ou menor influência, dependendo das características do próprio ambiente, de variações nos níveis de incerteza envolvidos nas atividades e no tipo de coordenação demandada para a execução das tarefas. No modelo de Whitley, a interação entre estas três dimensões (contexto, natureza das atividades e coordenação) explicaria padrões de trabalho; importância e tamanho do *network* reputacional; diversidade teórica; autonomia em relação ao controle de metas, estratégias e padrões de pesquisa; procedimentos padronizados; identidade coletiva dos profissionais, formalização dos padrões de comunicação entre os membros da comunidade; competição em torno do reconhecimento por pares; hierarquizações locais ou não entre unidades de pesquisa e debates sobre a importância de temas e abordagens.

O contexto, segundo Whitley, variaria em função:

- a) do grau de influência admitido para que não-especialistas (burocracia governamental, políticos, empresários, dentre outros) definam a hierarquia de relevância dos problemas a serem pesquisados, assim como os padrões para avaliar a competência dos especialistas;
- b) da diversidade de interesses entre as agências provedoras de recursos para a pesquisa;
- c) da multiplicidade de hierarquias de prestígio com controle sobre recursos e, conseqüentemente, da variabilidade de critérios na sua assignação;

d) da abundância ou escassez relativa de recursos para sustentar as atividades científicas;

e) da concentração do controle sobre os meios de produção e disseminação da produção intelectual; e

f) da pluralidade e diversidade de audiências interessadas no resultado da produção intelectual; e

g) do tipo de controle (leigo ou profissional) sobre padrões de competência (Whitley, 1984, p.104-112, 139-147).

A natureza das atividades que concentram as atenções dos profissionais poderia variar significativamente quanto:

a) ao nível de incerteza técnica, entendida como a segurança relativa que os especialistas possam ter em produzir resultados que sejam claramente relevantes para o tipo de ciência que está sendo feita e;

b) ao nível de incerteza estratégica, definida como o grau em que cientistas trabalham temas correlatos e complementares. Esta dimensão indicaria o nível de integração teórica disciplinar ou de uma dada especialização (Whitley, 1984, p.119-139).

Quanto à coordenação, Whitley a subdivide em:

a) dependência funcional, indicando o grau de confiança que pesquisadores de determinada área têm que ter para obter acesso a equipamentos, insumos, protótipos ou outros resultados de pesquisa para realizarem seu trabalho; e

b) dependência estratégica, concebida como a centralidade da comunidade de pares para validar o que está sendo feito enquanto base da reputação profissional (Whitley, 1984, p.87-104).

Combinando variações em graus de dependência funcional e graus de dependência estratégica, Whitley subdivide os campos científicos em quatro tipos (1984, p.91).

a) TIPO I (graus baixos de dependência estratégica e funcional)

Caracterizado pela presença de grupos fracamente vinculados entre si, perseguindo

objetivos múltiplos com vários tipos de procedimentos; baixa amplitude de divisão de trabalho entre os locais de pesquisa. Os exemplos de campos com tais características seriam a sociologia anglo-saxônica pós-1960 e estudos de administração.

b) TIPO II (grau baixo de dependência estratégica e alto de dependência funcional)

Caracterizado pela presença de grupos perseguindo objetivos diferenciados mas utilizando procedimentos específicos e padronizados; coordenação considerável quanto aos resultados e aos tópicos especializados mas com preocupação reduzida quanto à hierarquia de objetivos. Os exemplos seriam a química no século XX e a matemática nos Estados Unidos.

c) TIPO III (grau alto de dependência estratégica e baixo de dependência funcional)

Caracterizado por escolas de investigação fortemente articuladas, orientadas por metas distintas e recorrendo a procedimentos particulares a cada uma; alto grau de coordenação intra-escola mas baixo interescolas; forte competição para dominar o campo. Os exemplos aí seriam a filosofia alemã e a psicologia alemã antes de 1933 e estudos literários.

d) TIPO IV (graus altos de dependência estratégica e funcional)

Caracterizado por grupos especializados perseguindo objetivos diferenciados com procedimentos padronizados e específicos; coordenação considerável quanto a resultados, problemas e metas; forte hierarquia sobre o que merece as atenções dos especialistas; competição quanto à centralidade dos subcampos da disciplina. O exemplo histórico seria a física do século XX.

A combinação de variações de diferentes graus de incertezas técnicas e estratégicas também fornece a Whitley quatro tipos (1984, p.124):

a) TIPO I (graus baixos de incertezas estratégica e técnica)

Onde predominaria níveis consideráveis de previsibilidade, estabilidade e visibilidade dos resultados das atividades; implicações dos resultados facilmente aferíveis e relativamente pouco controversos; problemas e objetivos razoavelmente bem ordenados, restritos e estáveis. Os exemplos nesse caso seriam a química do século XX e a física desde 1930;

b) TIPO II (grau baixo de incerteza estratégica e grau alto de incerteza técnica)

Característico de campos com limitado controle técnico sobre os fenômenos empíricos, resultados instáveis e difíceis de interpretar; avaliação das implicações dos resultados das atividades sujeitas a concepções alternativas e de difícil coordenação; problemas e metas restritos, estáveis e altamente estruturados. O único exemplo de campo com tais características seria a economia desde 1870;

c) TIPO III (grau alto de incerteza estratégica e grau baixo de incerteza técnica)

Caracterizado por considerável previsibilidade, estabilidade e visibilidade quanto aos resultados das atividades; consenso quanto a como interpretar e coordenar os resultados; problemas e objetivos variáveis e instáveis, sem uma ordenação clara. Os exemplos seriam a biologia desde 1950, inteligência artificial, engenharia e ornitologia pré-darwiniana;

d) TIPO IV (graus de altos de incertezas estratégica e técnica)

Caracterizado por controle técnico limitado dos fenômenos, resultados instáveis e difíceis de interpretar; concepções múltiplas sobre as implicações dos resultados das atividades e baixa coordenação e comparação deles; problemas e metas variados, instáveis e conflitivos. Os exemplos aí seriam a sociologia e a ecologia nos Estados Unidos no período pós-60.

As dimensões corresponderiam, por um lado, às especificidades de cada campo em termos dos desafios teóricos e metodológicos oriundos das tarefas a que se dedicam e, por outro, ao nível de organização e coordenação internas das atividades, de metas e de procedimentos, que poderiam sofrer sensíveis diferenciações a partir das características do contexto. O modelo proposto por Whitley tem algumas vantagens:

a) torna desnecessária uma classificação de atividades intelectuais em científicas ou não, ou em ciências maduras ou não, permitindo assim comparar padrões de trabalho, práticas e resultados de produção tão díspares quanto estudos literários e física moderna;

b) impede a reificação de diferenças históricas ou contextualmente detectáveis entre campos de trabalho intelectual, pois elas não seriam mais tratadas como peculiaridades inexoráveis do objeto, mas sim como resultantes da interação entre características do objeto, do contexto e das práticas profissionais;

c) fornece um arcabouço taxonômico para situar os inúmeros aspectos das atividades de produção de conhecimento, ao mesmo tempo que sugere as interações previsíveis, o que pode ser traduzido em um sistema de proposições cuja validade possa ser aferida de algum modo.

1.2 Ciência Política e Sociologia na UFMG

As universidades, desde que o modelo alemão do século XIX baseado na formação pela pesquisa se generalizou, passam a ser o locus privilegiado de institucionalização da atividade científica. As universidades controlam o processo de treinamento, através do qual são transmitidos os padrões de trabalho e os modelos cognitivos de cada disciplina. Em torno dos profissionais acadêmicos se organizam as hierarquias de reputação e as redes de comunicação e de distribuição de prestígio profissional. Nas instituições universitárias, os acadêmicos mobilizam recursos organizacionais de modo a lhes permitir ter controle sobre os processos de treinamento e credenciamento profissional, assim como para alcançar níveis razoáveis de insulamento para proteger seus campos de trabalho de influências consideradas problemáticas, oriundas do contexto externo. No entanto, como é sugerido por Whitley, os níveis de insulamento, os tipos de formalização e de padronização dos processos de produção de conhecimento assim como o controle para avaliar as contribuições dos profissionais, variam entre os vários campos disciplinares e, ao longo do tempo, podem ser entendidos como resultados de interações múltiplas dentro de cada campo disciplinar para realizar as exigências epistêmicas e cognitivas em ambientes organizacionais e sociais complexos.

Por isso, para se caracterizar um campo disciplinar torna-se necessário, em primeiro lugar, examinar como cada grupo lida com problemas de duas naturezas (os oriundos do ambiente organizacional e social e os definidos como significativos pelas atividades dos profissionais de cada disciplina) e, em segundo lugar, a permeabilidade e a vulnerabilidade de cada campo a crises, tanto as provocadas por alterações no contexto como as resultantes de dificuldades cognitivas e epistêmicas para promover a integração de resultados, métodos e procedimentos.

Uma primeira aproximação do conjunto de dimensões aí envolvidas demanda reconstituir, mesmo que de forma preliminar, a história natural de grupos particulares em instituições específicas. Este trabalho apresenta a sistematização das informações disponíveis para dois programas de pós-graduação na área das ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): a Ciência Política e a Sociologia.

O grupo responsável pela implantação da pós-graduação em Ciência Política na UFMG foi profissionalmente socializado na Faculdade de Ciências Econômicas dirigida pelo professor Ivon Leite de Magalhães Pinto e no programa de pós-graduação da Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales (FLACSO) no Chile, e obteve apoio financeiro da Fundação Ford em meados da década de sessenta com base no qual pode promover um programa de treinamento no exterior para os seus membros. O grupo foi bem-sucedido ao viabilizar seu nicho institucional: o Departamento de Ciência Política (DCP). Ao longo do processo de reforma universitária, que se iniciaria em 1964, sob a gestão do professor Aluisio Pimenta, o DCP pôde manter seu programa de pós-graduação relativamente bem protegido da interferência das direções das escolas e da administração central da UFMG.

A liderança do programa de pós-graduação de Sociologia, uma coorte generacional abaixo da do grupo acima, realizou o treinamento graduado na segunda metade da década de sessenta e o mestrado na primeira metade dos anos setenta, em sua grande maioria do Mestrado em Ciência Política. Este grupo, ao se incorporar à UFMG enquanto docente, encontrou a área de Sociologia com baixos padrões de profissionalismo, além de desfalcado de lideranças acadêmicas expressivas que haviam sido atraídas para a área de Ciência Política ou para outras instituições: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Universidade de Brasília (UnB) dentre outras. O treinamento em nível de doutorado do grupo se deu predominantemente ao longo da década de setenta e só em 1981 foi possível criar o Mestrado em Sociologia.

O exame de história natural dos dois grupos, no entanto, evidencia que a capacidade relativa de cada um deles para enfrentar as dificuldades naturais do processo de institucionalização de padrões acadêmicos de trabalho intelectual é influenciada:

- a) pela proximidade ou permeabilidade dos grupos ao mercado de públicos interessados nos resultados de suas atividades;
- b) pela capacidade dos grupos, originais em assimilar novos membros e possíveis divergências teórico-metodológicas;
- c) por relações de *seniority* dentro de cada grupo e pela estabilidade do grupo que lidera o processo de institucionalização;
- d) por níveis de concordância interna em torno dos padrões para estabelecer as "experiências bem-sucedidas", nos termos situados por Kuhn.

Nas seções seguintes são apresentados o contexto institucional no qual se organizam as Ciências Sociais na UFMG, o processo de reforma universitária e seus impactos para cada uma das áreas, e as trajetórias de cada um dos programas de pós-graduação. O exame das trajetórias procura salientar estes aspectos. No entanto, no estágio atual de pesquisa é difícil aferir o peso relativo de cada um dos fatores para definir os padrões de trabalho acadêmico e as tensões aí envolvidas.⁴

2 O AMBIENTE INSTITUCIONAL E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

A trajetória das Ciências Sociais em Minas Gerais, apesar de antigas experiências de ensino junto aos cursos normais e secundários⁵, está fortemente vinculada à história da UFMG, de suas escolas, cursos e programas. Em 1939, foi criada a Faculdade de Filosofia de Minas Gerais por um grupo de professores de Belo Horizonte do Colégio Marconi, como unidade isolada de caráter privado, semelhantemente ao que aconteceu com a Faculdade de Ciências Econômicas (originariamente Escola Técnica de Comércio), a Escola de Arquitetura e outras.⁶ Na criação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (FFMG) foram previstos os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Neolatinas e Letras Clássicas, e em 1941 foi feita a solicitação para os demais cursos. Em janeiro de 1941, foram realizados os primeiros exames vestibulares. O curso de Ciências Sociais conseguiu recrutar somente quatro alunos e encerrou suas atividades no ano seguinte por falta de alunos, só reiniciando em 1947 (Haddad, 1988, p.64-73; Miceli, 1989, p.89).

O curso de Sociologia e Política foi criado em 1952 e se manteve na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) até 1967, quando foi fundido com o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia (FAFI), em virtude da reforma universitária em curso na UFMG desde a posse do reitor Aluísio Pimenta, em fevereiro de 1964. O último vestibular na FACE para o curso de Sociologia

⁴Os dados utilizados aqui foram obtidos na pesquisa intitulada "As Ciências Sociais na UFMG - Trajetórias, controvérsias e produção (1964-1988)", financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A parte da pesquisa referida neste trabalho teve a contribuição valiosa de Carla Bronzo Ladeira Carneiro, bolsista de aperfeiçoamento na ocasião, na coleta e análise de dados (Veiga, Carneiro, 1991).

⁵O ensino de Ciências Sociais foi implantado primeiro em "cursos pré", anexados às faculdades superiores ou então no ensino secundário. Em 1946, o Instituto de Educação introduziu o ensino de Sociologia no secundário e normal (Miceli, 1989, p.88-89).

⁶Pela legislação que criou a Universidade de Minas Gerais (UMG), as escolas só poderiam se incorporar à universidade se dispusessem de patrimônio próprio. O período que vai da criação (1929) até a incorporação (1949) é marcado pelas inúmeras tentativas dos fundadores da FFMG em obter do governo federal a dotação de patrimônio. O processo foi bastante conturbado em virtude da vinculação do "grupo do Marconi" à Casa D'Itália. Vários professores se afastaram, entre eles Lúcio José dos Santos, aparentemente por terem manifestado suas simpatias pelo fascismo.

e Política foi o do ano de 1966 e a fusão completa foi formalizada através da Resolução do Conselho Universitário 03/68, de 26 de Agosto de 1968, quando se oficializou a transferência das cátedras e professores entre as várias unidades e a criação da estrutura departamental (Veiga et al., 1987, p.19-23, 32-34).

Em 1927, foi criada a Universidade de Minas Gerais (UMG), através de ato do governo estadual, sancionado por Antônio Carlos de Andrade em 7 de setembro de 1927. A lei estadual nº 956/27 previa para a Universidade uma organização do tipo fundação de direito privado e reservava ao presidente do Estado a nomeação do reitor. Na constituição de UMG (que passa a ser denominada UFMG em 1965) foram incorporadas as escolas isoladas: Direito (1892), Odontologia (1907), Engenharia (1911), Medicina (1911), Farmácia (1911).

As análises realizadas (Peixoto, 1983; Nagle, 1974) sobre o período assinalam que o governo do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1926-1930) foi marcado por um programa de modernização institucional importante, com grande destaque no setor de educação, basicamente através das reformas do ensino primário e normal, realizadas por Francisco Campos, secretário de Negócios Interiores. Antônio Carlos já anunciava sua intenção de criar a UMG em sua plataforma de governo, divulgada em 23 de janeiro de 1926.

Correia Dias sugere que:

"Os fundadores tinham três objetivos a alcançar com a criação de uma universidade em MG: em primeiro lugar, ampliar as alternativas profissionais; em segundo lugar, ligar a universidade a Minas, concebendo-a como instrumento para o progresso do Estado e, em terceiro lugar, eles tinham a idéia, se bem que ainda vaga, do desenvolvimento científico através de universidade. Estes objetivos eram expressos a partir da tradição intelectual de Minas onde se alternavam a razão pragmática e a "razão humanística", concretizando momentos bem característicos. A tradição humanística que vem do Caraça e a pragmática que vem das escolas de Minas e de Farmácia de Outro Preto, confluíram na instituição da Universidade."⁷

Mesmo que os propósitos antes assinalados estivessem nas mentes dos proponentes da organização da UMG, ela se estruturou a partir da agregação de escolas isoladas, preservando a autonomia de cada uma delas e centrada na formação de quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado, para orientação, planejamento e construção de estradas (primeiro, as ferrovias) e outras obras de infra-

⁷ Fernando Correia Dias, entrevista concedida a Haddad em 4 de agosto de 1988 citado por Haddad (1988, p.54).

estrutura, pois não havia realmente indícios de estímulo à pesquisa institucional.

O papel central desempenhado inicialmente pelas escolas de Engenharia e Direito esclarece, pelo menos em parte, os objetivos a que se propunha o governo: uma educação de nível superior que instruisse as elites mineiras para exercerem seu papel de dirigentes, econômica e politicamente, aceitando, digamos, a conceituação de Correia Dias de que se privilegiava a "razão pragmática".

De certa forma, pode-se dizer que essa política teve êxito: a partir do governo Milton Campos, na década de 40, há intensa participação de ex-alunos da UMG e da Escola de Minas de Ouro Preto no governo mineiro. Esses últimos foram responsáveis pela primeira experiência de planejamento econômico no Estado de Minas Gerais (Veiga et al. 1987; Carvalho, 1978; Diniz, 1981).

A "razão humanística" provavelmente terá sido a inspiradora da criação da FFMG. Na base de criação da FFMG estavam a insatisfação com a pobreza do ambiente intelectual em Belo Horizonte e com a ausência de instituições educacionais que pudessem abrigar as especulações filosóficas, os interesses pela literatura e pelas artes, o desejo por um espaço onde se pudesse desenvolver o saber "desinteressado", e a crítica às instituições educacionais existentes, onde mesmo o ensino das ciências estava muito determinado pelo treinamento profissional (Haddad, 1988, p.58-60).

Já havia tais preocupações em um grupo de juristas, jornalistas, escritores, padres e ex-seminaristas desde 1935, como registra Velloso em ensaio publicado em 1951. Nessa época, motivados pela presença do professor Émile Brehier (membro de Missão Francesa, a serviço da Universidade do DF em 1935-36), é proposta a criação de um instituto superior dedicado ao estudo de Filosofia, Literatura e Metafísica.

No entanto, somente com a Reforma Capanema em 1939, reorganizando o ensino superior brasileiro e transformando a Universidade do Brasil em padrão nacional, surgiu a oportunidade para se criar uma faculdade de Filosofia em Belo Horizonte. A publicação do Decreto-lei 1190, de 1939, estimulou o grupo do Colégio Marconi a propor a criação da FFMG.

Desde a proposta inicial, a FFMG enfrentou dois tipos de dificuldades:

- a) obtenção de base financeira, material e patrimonial para conseguir autorização de funcionamento e,
- b) desconfiança entre os membros da elite mineira sobre a oportunidade de se criar

uma escola com as características pretendidas por seus fundadores (Haddad, 1988, p.67, p.124-126).

A análise da formação profissional do primeiro grupo de catedráticos indica ser ele oriundo principalmente de profissões liberais (80% deles eram bacharéis em Direito, Engenharia, Medicina e Farmácia). Uma parte expressiva (14%) dos catedráticos sequer tinha curso superior (Haddad, 1988, p.113-114).

É interessante notar que o primeiro ocupante da cátedra de Sociologia, professor Lúcio José dos Santos, era um engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, pesquisador na área de História e ensaísta. Permanece na cátedra e na direção da escola até 1942, quando se afasta, em virtude de crise relacionada à vinculação do grupo à Casa D'Itália, sendo substituído na cadeira por João Camilo de Oliveira Torres (até 1946) e, em 1947, Morse Belém Teixeira assumiu a cátedra, onde permanece até 1962. Dentre os fundadores estão pessoas que serão importantes para o início da Ciência Política em Minas Gerais, nessa época muito associada ao Direito Público.

A cátedra de Política foi ocupada até 1946 por Milton Campos, quando se afasta em virtude de suas atividades político-partidárias. É substituído por Orlando de Carvalho, até então catedrático de Língua e Literatura Francesa. Orlando de Carvalho, já no período de 1966, será a liderança que se oporá a Júlio Barbosa, que liderava o grupo da FACE, na organização do Departamento de Ciência Política (DCP).

Outro nome importante para os destinos das Ciências Sociais em Minas Gerais se vinculou à FFMG em 1941, o professor Ivon Leite de Magalhães Pinto, substituindo interinamente o professor José Maria de Alkmim na cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. O professor Ivon vai ser o principal negociador para obter, em 1946, a dotação patrimonial para a incorporação da FACE à UMG (Haddad, 1988, p.111-116), e é sob a administração dele que se organiza o sistema de bolsas da FACE, experiência pioneira para a profissionalização de estudantes e professores na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas.

No período entre 1942 e 1946 ocorreu o afastamento ou licenciamento de vários catedráticos na FFMG, motivado pelas precárias condições de funcionamento da escola e pela falta de perspectiva de profissionalização (os professores somente recebiam salários simbólicos). Alguns passam a se dedicar mais às suas carreiras políticas ou a seus negócios particulares; outros permanecem na vida acadêmica, mas em centros com melhores perspectivas profissionais, na própria UMG ou fora dela. Em torno de 1945, os primeiros alunos já se

formam e começam a integrar o corpo docente, ocupando cátedras interinamente.

Mas alguns professores, segundo depoimentos de antigos alunos, permaneceram e foram responsáveis para fazer com que

"a instituição tivesse uma contribuição relevante no lento processo de profissionalização do magistério e na formação de um verdadeiro *ethos* do professor" (Haddad, 1988, p.118).

Entre eles destacavam-se: Velloso, Tabajara Pedroso, Nivaldo Reis, Guilhermino César, Aires da Matta Machado Filho, José Lourenço de Oliveira, Emanuel Brandão Fontes. Outros foram fundamentais para estimular o avanço dos estudos filosóficos (Versiani Velloso) e de Física (Francisco Magalhães Gomes), estimulando seus alunos a buscarem treinamento em outros locais, no Brasil ou no exterior. A sociologia, apesar do trabalho relevante do professor Morse, enquanto docente, não alcançou dentro da FFMG um desenvolvimento comparável ao daquelas áreas. O curso de Ciências Sociais, até a fusão com o de Sociologia e Política, permanece fortemente orientado para o treinamento para o magistério de 1º e 2º graus.

Apesar de ter predominado na escola, até o início da década de 70, a ênfase no treinamento para o magistério de 1º e 2º graus, o ambiente da FFMG propiciava a convivência de diferentes campos disciplinares, mesclando as ciências naturais e biológicas com a filosofia e a literatura, seguindo a tradição mais humanística. A matriz institucional nacional que inspirava esse grupo era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Internacionalmente, as fontes bibliográficas a que se recorria eram as da Europa, principalmente Alemanha e França. Só mais tarde, com o treinamento principalmente do grupo de Física no exterior, é que se sente a influência das universidades dos Estados Unidos mais fortemente.

A Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) foi a instituição onde a Ciência Política e a Sociologia alcançaram um desenvolvimento razoável. A Antropologia desde aquela ocasião ocupava na FACE um papel secundário e estava baseada na liderança de um único professor, que foi obrigado a se afastar do país por motivo político. De fato, foi na FACE que se desenvolveram padrões de profissionalismo e concepções modernas de produção acadêmica que orientaram a criação Departamento de Ciência Política (DCP), em 1966, e do Programa de Mestrado em Sociologia (1981).

Como parte da antiga Escola Técnica de Comércio,

"Em 1943, o curso de Administração e Finanças passou para a jurisdição do ensino superior. O aumento das exigências tornou-o inviável financeiramente para as faculdades que o ofereciam. No caso, a solução encontrada foi a sua transferência para o grupo de professores que lecionava no curso. Surgiu, então, a nova Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, como sociedade civil, sem caráter lucrativo, incorporando a antiga faculdade do mesmo nome, criada em 1941, e a Faculdade de Economia, Administração e Finanças, anexa à Escola de Comércio de Belo Horizonte" (Encontro de Administração..., 1987, p.1 apud Arruda, 1989, p.251-152).

Arruda assinala que a partir dessa data a FACE passou a ter o apoio de figuras importantes do empresariado mineiro e de associações de classe (1989, p.252). Ivon Leite de Magalhães Pinto, professor da instituição, foi fundamental para obter apoio de grupos privados e do Governo do Estado de Minas, formando o seu patrimônio, o que possibilitou a incorporação à UMG em 1948 (Haddad, 1988, p.102-106). O professor Ivon, ele mesmo membro da elite mineira, conseguiu envolver setores empresariais, principalmente os financeiros, no projeto da escola. Com os recursos obtidos através dessas doações, o professor Ivon introduziu duas experiências pioneiras, cruciais para estabelecer novos padrões profissionais na FACE: o sistema de bolsas de estudos para os alunos e o regime de tempo integral para professores.

O sistema de bolsas foi organizado a partir do início da década de cinquenta. Nesse sistema, a cada ano eram selecionados dois ou três alunos de cada uma das turmas dos cursos que funcionavam na escola. A seleção era realizada através de um concurso de provas e eles permaneciam em tempo integral nas dependências da escola. Para os que mais se destacavam, havia a possibilidade de um contrato de trabalho, ao término da graduação, como professor. O professor Ivon M. Pinto, como registra Arruda (1989) pretendia formar, desse modo, novos quadros para atuarem em órgãos governamentais, nas empresas públicas e privadas e na própria FACE.

O objetivo do professor Ivon se concretizou. Como exemplo do impacto do sistema de bolsas, em termos de socialização profissional e criação de lideranças, basta mencionar que a maioria dos profissionais oriundos da FACE que obteve projeção em órgãos de planejamento (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Secretaria de Planejamento e, mais tarde, Fundação João Pinheiro) e na direção das estatais Companhia do Vale do Rio Doce (Cia. Vale do Rio Doce) e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas); e, principalmente, na vida acadêmica (na UFMG, no IUPERJ, na UnB, no Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social

de São Paulo (IDESP), entre outros) ou em atividades político-partidárias, esteve vinculada ao sistema de bolsas.

Outra experiência pioneira foi a instituição de tempo integral, usando do artifício de conciliar as atividades docentes com a função de pesquisador.

O professor Ivon M. Pinto dirigiu a FACE até o início da década de sessenta, quando se afastou enfrentando forte oposição da liderança estudantil em virtude de seu estilo de administrar, personalista e altamente centralizador. Mas, independente das reações de oposição e de seu estilo controverso, o diretor da escola foi figura central para forjar na FACE padrões de trabalho e níveis de profissionalismo que possibilitaram a consolidação da Economia, da Sociologia e da Ciência Política em Minas.

O curso de Sociologia e Política foi criado em 1952, fortemente marcado por disciplinas na área do direito, da administração e da economia. A bibliografia utilizada no curso de Sociologia e Política até 1963/64 indica a forte influência de alguns dos integrantes da Missão Francesa que atuara na USP (Gurvitch, Roger Bastide, Lévi-Strauss, Gaston Granger), aliada às formulações desenvolvidas pelo grupo do Instituto Social de Estudos Brasileiros (ISEB) (introduzidas, em parte, por Júlio Barbosa) e pela USP (especialmente Florestan Fernandes), além de incorporar trabalhos mais vinculados à historiografia brasileira da época (Caio Prado Jr., Néelson Werneck Sodré, Faoro, Edgar Carone, Rui Facó, entre outros).

A conjuntura política nacional e os problemas aí colocados desempenharão papel importante, seja na seleção dos temas trabalhados no curso de Sociologia e Política (desenvolvimentismo e planejamento econômico), seja nas temáticas que frequentavam o ambiente da escola e estimulavam os debates de alunos e professores na FACE.

Os professores que lideraram a consolidação dos programas de Mestrado analisados pertencem à geração da década de 60, época em que estavam realizando seus cursos universitários ou iniciando suas carreiras como docentes.⁸

O simples fato de essa geração ter começado seus estudos ou sua carreira no início da

⁸ Outra geração que atua nesses programas começa a fazer curso superior no período pós-68. É interessante notar que a geração pós-68 é marcada por dois tipos de tendências, diametralmente opostas: alguns desenvolveram certa aversão à política, talvez uma reação contra as práticas do movimento estudantil da época que tendiam a quase considerar ilegítimas preocupações com o exercício profissional; outros desenvolveram fortes adesões ao marxismo e procuraram, já como professores (também época em que começa o processo de abertura política no País), recorrer às contribuições desta vertente para combater as concepções predominantes nos programas de pós-graduação. A adesão mais generalizada ao marxismo é uma das características da década dos setenta nas ciências sociais no Brasil.

década de 60 já permite visualizar que a conjuntura político-social e os desafios aí colocados desempenhariam papel relevante para conformarem as mentes e os desejos tanto dos que iniciam sua formação para o exercício da profissão quanto daqueles que estariam empenhados em treinar academicamente esta juventude.

Vilmar Faria, em artigo escrito em 1968 para a revista do Diretório Acadêmico da FACE, assim descreve aquele momento:

'Vivendo inserido no que Mannheim denominou 'a crise do nosso tempo' o estudante se vê diante de uma teia complexa e dramática de problemas sociais e se orienta, logicamente, para buscar soluções rápidas e adequadas. O agulhão dos problemas sociais a acicatar sua consciência ganha maior expressão quando o aluno está inserido numa sociedade em desenvolvimento, onde os problemas se afiguram maiores, mais difíceis e de solução mais urgente. O cuidado com os problemas sociais não é, entretanto, privilégio exclusivo da ciência. Outras formas de conhecimento também buscam propor soluções. O exemplo mais flagrante é o conhecimento ideológico, de onde emerge uma sorte de 'terapia' para os problemas em questão. Num mundo onde o choque ideológico é intenso tanto quanto o proselitismo, o estudante é forçado a uma opção. Isso possibilita que ele, ao entrar na universidade, já disponha de uma 'explicação' para a realidade social. Esta 'explicação', de conteúdo predominantemente ideológico, resulta de uma visão 'distorcida' da realidade social. Na medida em que o conhecimento sociológico aponta estas distorções, se converte em algo polêmico gerando adesões e recusas emocionais' (Faria, 1968, p.10).

A "crise de nosso tempo" referida por Faria, no caso particular dessa geração, atingindo sua maioridade etária no início da década de sessenta, era algo profundo.

Esse clima influenciou os estudantes, a partir de seu engajamento em partidos políticos - Partido Comunista Brasileiro (PCB), Política Operária (POLOP), Ação Popular (AP), Ação Católica (AC) e posteriormente o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Nesse processo político, se procurava repensar o papel da universidade brasileira (Veiga, 1987).

O debate de temas nacionais e os apelos ao maior engajamento dos estudantes conformavam o cotidiano universitário, dentro e fora das salas de aulas. Isso estava particularmente presente no ambiente das Ciências Humanas, em geral, e nas das Ciências Sociais, em particular. Em

Belo Horizonte, cumpre ressaltar o papel dos estudantes dos cursos de Economia e Sociologia Política da FACE-UFMG. As principais lideranças jovens, locais e nacionais da AP, da Polop e do PCB eram estudantes da FACE.

Em um contexto como o da FACE, a liderança estudantil, com altos níveis de engajamento, disputava com os professores os contes dos cursos e, ao mesmo tempo, dirigia o apelo constante aos demais estudantes para que não se deixassem envolver pela alienação ou para que não se dobrassem ao conformismo.

Evidentemente, tais apelos encontravam ressonância em uma juventude angustiada, conduzindo muitos ao proselitismo e ativismo puros, mencionados por Vilmar Faria. No entanto, vários outros, no momento da opção entre o engajamento político e o treinamento profissional, oscilavam e procuravam encontrar uma síntese particular que lhes possibilitasse reter do pensamento sociológico exatamente aquilo que Faria denominou "tom falsamente filosófico", e que seria mais bem descrito como a tradição do exercício da crítica e do pensar a produção intelectual não como algo livre de valores, mas sim como o exercício da análise sociológica e política motivada pelo envolvimento prático com a perspectiva de mudança.

Esse segundo grupo de estudantes, apesar de conceber a militância política como fundamental e de nela se engajar, não se deixou capturar pelo ativismo puro. A curiosidade intelectual aliada ao desejo de alcançar um sólido treinamento acadêmico o impulsionava de forma vigorosa. Exatamente por isso buscava-se uma síntese que compatibilizasse os dois pólos, o da ciência e o da política, mas sem aceitar a ruptura entre esses dois mundos, postulada por Weber.

Havia o terceiro grupo, o dos estudantes que priorizavam o seu treinamento profissional e colocavam o envolvimento político como algo bastante secundário. Eram estudantes respeitados intelectualmente por colegas e professores mas a quem a militância política causava profundo desconforto. Esse grupo aderiu quase irrestritamente às perspectivas que estavam sendo introduzidas ao curso de Sociologia e Política da FACE por Fábio Wanderley Reis e Antônio Octávio Cintra, desde o retorno deles da FLACSO-Chile, em 1963 e 1964. (Cintra, 1966, p.3-49; Reis, 1966, p.298-309).

Concomitantemente à introdução dessa abordagem teórico-metodológica, outras mudanças políticas e institucionais estavam em curso da UFMG (reforma universitária e criação do Mestrado em Ciência Política) e no País (a expansão da Ciência Política com o apoio da Fundação Ford em Belo Horizonte, Rio e, posteriormente, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); a

perseguição política estimulada pelo governo militar ao pensamento e ação dissidentes reduzindo o espaço institucional para atuação política do movimento estudantil e de outros agrupamentos, conduzindo as organizações de esquerda a se refugiarem na luta clandestina). Esses eventos, cada um a seu modo, vão configurar o contexto das ciências sociais em Minas e delimitar as opções políticas e acadêmicas dos seus praticantes.

Nos anos de 1966 e 1967 ocorrem dois outros fatos que teriam implicações definitivas para o caminho das ciências sociais em Belo Horizonte: início da reforma universitária e criação do DCP.

A reforma universitária⁹, iniciada na gestão Aluísio Pimenta, envolveu um conjunto de iniciativas endogenamente processadas, colocadas em curso antes do movimento reformista patrocinado pelo governo federal em 1968.

Aluísio Pimenta era professor catedrático em duas unidades da UFMG: na Faculdade de Farmácia e na Faculdade de Filosofia. No depoimento do ex-reitor, corroborado por vários de seus antigos auxiliares (a maioria oriunda da antiga FFMG), sua experiência de trabalho aí, onde conviviam as ciências naturais e biológicas, a filosofia, as ciências sociais e humanidades, tê-lo-ia ajudado a desenvolver a concepção de uma universidade moderna e o estimulou, assim, a conceber sua proposta de reforma.¹⁰

O discurso de posse de Aluísio Pimenta é um programa de trabalho que, se levado integralmente a efeito, colocaria a UFMG em posição de singular pioneirismo, dentre as universidades federais, na implantação de uma reforma que possibilitaria a criação de uma estrutura universitária mais integrada e flexível.

Apesar da estratégia cuidadosa do grupo de Aluísio Pimenta em conduzir a reforma de forma gradual, introduzindo alterações nos espaços institucionais mais receptivos, boa parte das instâncias organizacionais criadas na gestão de Aluísio Pimenta não chegou a ser efetivamente implantada. Assim, dos institutos centrais previstos, apenas três - o da Física, o de Química e o de Matemática, que, já em 1968, haviam-se fundido no Instituto de Ciências Exatas (ICEX) - foram criados até o fim do reitorado de Aluísio Pimenta. A implantação do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e o de Geologia que, ao anexar a área de Geografia passou a se denominar Instituto de Geociências, só se concretizou em 1969, sob a gestão do reitor

⁹ O processo de reforma da UFMG foi objeto de outra pesquisa coordenada por Veiga e a síntese aqui apresentada está baseada nos resultados publicados por Veiga et al. (1987).

¹⁰ Entrevistas com Aluísio Pimenta, 12 de junho de 1984; Hugo Amaral, 24 de janeiro de 1980 e Francisco Magalhães Gomes, 30 de janeiro de 1980, concedidas a Laura da Veiga.

Marcello Coelho. E os Institutos Centrais de Ciências Humanas e Filosofia, que completariam o desmembramento da Faculdade de Filosofia, nunca chegaram a ser viabilizados. A indefinição das comissões técnicas - ora optando por um Instituto de Ciências Humanas ao lado de um de Filosofia, ora por uma unidade que englobasse os dois -, divergências internas e desinteresse pelo projeto entre os cursos que os comporiam e a posição marginal das áreas de humanas, no conjunto da UFMG, podem ter sido alguns dos motivos que inviabilizaram a criação destes institutos.

Tendo já executado os primeiros passos da reestruturação da Universidade, o reitor Aluísio Pimenta contava com a possibilidade de ser reconduzido em outro mandato, podendo assim completar seus projetos. Com as mudanças no quadro político nacional, os grupos contrários às mudanças em curso conseguiram se articular, interna e externamente, para garantir a escolha do professor Gérson Boson, vice-reitor da gestão que se encerrava. Sua nomeação foi feita em tempo recorde (48 horas) e seu nome foi escolhido em uma lista triplice em que Aluísio Pimenta tinha sido o mais votado.

As escolas que se sentiam mais atingidas ou ameaçadas pela reforma em curso visualizaram com a entrada do novo reitor a possibilidade de reverterem o processo e conseguir um retorno à situação anterior em que elas detinham grandes parcelas de poder. O grande alvo das críticas dessas escolas era a criação dos institutos centrais. Mas os grupos tradicionalistas enfrentavam uma dificuldade dentro do governo federal: a partir da Lei 5540, de 1968, predominava nos órgãos federais a intenção de implantar uma universidade modernizada (nos termos do autoritarismo vigente) que coincidia, em alguns pontos, com as propostas do ex-reitor Aluísio Pimenta. Essas coincidências deram margem a que o grupo ligado ao ex-reitor, agora oposição nos órgãos administrativos, pudesse garantir certa irreversibilidade das medidas já tomadas.

Um exemplo disto é o projeto de reestruturação da UFMG. Este projeto foi enviado a Brasília depois de aprovado no Conselho Universitário. Ele representa uma tentativa de composição entre as diferentes concepções de universidade existentes então na UFMG. Na realidade, procurava-se uma forma de estancar um processo de mudança que já havia-se concretizado em parte e que agora encontrava respaldo na legislação em vigor (contra a vontade da nova reitoria). O CFE rejeita partes da proposta enviada, baseado nos Decretos-leis 53, de 1966, e 252, de 1967, e dá um prazo de 60 dias para que façam as reformulações exigidas, através do Parecer 409/67.

No Parecer 409/67 de 7 de novembro de 1967, da Câmara de Ensino Superior do CFE,

aparecem diversos obstáculos à reversão pretendida pelo grupo anti-reforma. Entre elas destacam-se:

a) a proposta da UFMG colocava a Coordenação de Ensino e Pesquisa (CEP) no mesmo nível que as unidades, tendo o CFE exigido que este órgão de Coordenação de Ensino e Pesquisa (CEP) tivesse o mesmo nível de posição hierárquica que o do Conselho Universitário;

b) o plano de reestruturação não discriminava as unidades que formariam "o sistema comum destinado ao ensino e pesquisa básicos e as unidades do sistema profissional e pesquisa aplicada", o que, ao não ser aceito pelo CFE, representava uma pressão para que a universidade definisse mais claramente o estatuto legal dos institutos centrais;

c) o plano enviado não introduzia todas as modificações necessárias para a transferência de disciplinas para atender a exigências do Decreto-lei nº 53/66 de não-duplicação. O CFE exige então, para que a reestruturação seja formalizada, o envio da "relação completa das disciplinas de acordo com os critérios de reestruturação fixados nos decretos 53 de 1966 e 252 de 1967".

Este parecer é aprovado com restrições apresentadas pelo conselheiro Alberto Deodato, coincidentemente professor da Faculdade de Direito da UFMG. Os argumentos repetem aqueles já apresentados internamente na UFMG pelas escolas de Engenharia, Arquitetura e Direito. O conselheiro Vandick Nóbrega apresenta também restrições semelhantes.¹¹

A gestão de Boson é marcada por essa ambiguidade, essas idas e vindas, esses impasses entre diferentes concepções de universidade. O quadro político nacional e a constante mobilização e atuação dos professores ligados ao ex-reitor Aluísio Pimenta permitiram que fosse institucionalizada a reforma por ele iniciada, apesar do predomínio, na administração central, dos grupos mais tradicionalistas. O peso desses grupos se faz sentir, por exemplo, na redistribuição das disciplinas pelas unidades universitárias. Era inevitável, nos termos do Decreto n. 53/66, de 1966, que elas fossem remanejadas. No entanto, foram feitos vários arranjos, de modo que as unidades com maior poder de pressão permanecessem com sua estrutura praticamente inalterada, como é o caso da Faculdade de Direito, ou, ainda, sofressem as

¹¹ Parecer n. 409, de 1967, do Conselho Federal de Educação (CFE), aprovado em 7 de novembro de 1967.

alterações que desejassem, como é o caso da Faculdade de Ciências Econômicas.

A transferência de disciplinas é o indicador de uma luta entre escolas, onde as de menor poder de barganha foram desfiguradas, como é o caso da Faculdade de Filosofia. Proposta para ser a matriz do novo modelo de universidade e apoiando firmemente as mudanças em andamento, esta faculdade foi depois totalmente descaracterizada, pela perda de cursos e disciplinas e pela sua não reorganização nos moldes pensados inicialmente. A Faculdade de Filosofia não conseguiu mobilizar internamente as áreas que poderiam apoiar a formação de um Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Os diversos interesses em jogo diluíram seu poder de barganha frente a uma reitoria que já tinha outra perspectiva diante da reforma. Como exemplo disto pode ser citado o caso do Departamento de Ciência Política que, por já ter o seu curso de pós-graduação em funcionamento (com os recursos provenientes da Fundação Ford), não se interessou pelo assunto. A área de psicologia demandava sua transformação em instituto central específico, não agregando esforços para o Instituto de Ciências Humanas.

A reforma, iniciada na UFMG pelo reitor Aluísio Pimenta, provocou a fusão, em 1967, do curso de Sociologia e Política da FACE com o de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, e os estudantes do primeiro foram transferidos para o segundo. O principal efeito da fusão e transferência foi o de que os estudantes, oriundos da FACE, acostumados com padrões mais rigorosos de trabalho acadêmico ressentir-se-iam da falta de seriedade encontrada na Faculdade de Filosofia. O problema principal para esses estudantes passou a ser não o de ter professores com perspectivas teórico-metodológicas diversificadas, e sim o de ter professores sérios. O "curso paralelo", organizado em 1968, refletiu isso. Só foram convidados para participar desse curso os professores considerados "sérios". Para lecionar as outras disciplinas, previstas no "curso paralelo" para as quais não se considerava haver professores competentes no corpo docente regular, foram convidados recém-formados do curso de Sociologia e Política da FACE. Como indicativo da ambivalência do grupo organizador do "curso paralelo", basta assinalar que entre as disciplinas introduzidas aí estavam matemática e realidade brasileira.

Enquanto o movimento estudantil sofria pressões cada vez maiores e os estudantes de Ciências Sociais procuravam preservar alguma seriedade nos seus cursos, os principais professores de Sociologia e Política da FACE se empenhavam, desde 1965, em criar o Mestrado em Ciência Política, com o apoio da Fundação Ford.

3 O DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E O SEU PROGRAMA DE MESTRADO

O Departamento de Ciência Política (DCP), através do seu programa de mestrado, pode ser considerado como a matriz a partir da qual se desenvolve os padrões modernos de produção de ciências sociais em Minas Gerais, no período pós-reforma. As ênfases teórico-metodológicas, já introduzidas por Reis e Cintra, após o retorno deles da FLACSO, em seus cursos de graduação na FACE, orientam a organização do mestrado. A matriz intelectual é a ciência social norte-americana, empiricamente orientada, rompendo assim com a tradição ensaística e humanista das ciências sociais predominante na sociologia europeia e com uma ciência política marcada pela Filosofia do Direito. Agenda do que se deveria caracterizar uma ciência social moderna já havia sido demarcada por Echevarria em 1941 no México. Isso significa o aprofundamento do programa de trabalho esboçado por Cintra (1966) e Reis (1966).

A concepção metateórica defendida por Reis e Cintra, não encontrará oposição em Minas Gerais nesse período. O grupo de professores de ciências sociais vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) não se caracterizava por padrões de profissionalismo. Ao contrário, era muito mais marcado por um certo diletantismo intelectual, mesclando filosofia e concepções humanistas, mas sem a preocupação de "criar escola". A Antropologia era incipiente e o professor dessa disciplina da FACE (Rubinger) estava afastado da vida acadêmica por motivos políticos. A repressão política ao movimento estudantil e à universidade contribuiu para o silenciamento ou para o afastamento de possíveis proponentes de posturas mais críticas às teses de neutralidade axiológica, próprias da concepção que se implementava do que era "fazer ciência".

Apesar disso, o grupo da FACE obteve apoio significativo da Fundação Ford, após a realização do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Político, em Belo Horizonte (1965). Nesse seminário foram estabelecidos os contatos com figuras expoentes da ciência social norte-americana que viabilizaram um programa ambicioso de treinamento nas maiores universidades dos Estados Unidos do grupo de professores do curso de Sociologia e Política da FACE e de alguns alunos recém-graduados aí.

Em 1966, é criado o Departamento de Ciência Política, basicamente orientado para a pós-graduação, sob a direção de Júlio Barbosa. Em 1967, Fábio Wanderley Reis começa seu doutorado em Harvard e A. O. Cintra no MIT. O segundo grupo é o de 1967: Bolívar Lamounier, Leônidas Prates Lafeté, José Murilo de Carvalho, Amaury de Souza,

Lincoln Prates e José Clóvis Machado. As possibilidades de treinamento pós-graduado no exterior, abertas pelo convênio com a Ford, atraiu significativo número de recém-graduados do curso de Sociologia e Política da FACE. Das últimas turmas que se graduaram nesta escola, em 1966-67, alguns foram selecionados para compor a primeira turma regular do Mestrado em Ciência Política no ano de 1968: Ronaldo Noronha, Celina Albano e Lígia Maria Leite Pereira (que posteriormente, integrarão o corpo docente do Departamento de Sociologia e Antropologia), Valéria Pena, Magda Prates, Sônia Avelar e Heraldo S. Dutra. Celson José Silva, Malori Pompermayer e Benício Vieira Schmidt, oriundos de outros cursos (Direito, Teologia e Direito e Ciências Sociais, respectivamente), integram-se, após cursos de doutoramento, ao corpo docente do DCP, além de Evelina Dagnino, graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que após doutorado em Stanford passa a trabalhar na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Até o retorno dos professores enviados para treinamento, o Mestrado em Ciência Política apóia-se fortemente em professores visitantes, estrangeiros contratados pela Fundação Ford: Carlos Filgueiras, Frank Bonilla, Suzana Prates, Medler e Kaufman. Já se preconizava, em 1966, forte ênfase empiricista nas propostas principalmente de Cintra. O treinamento nos Estados Unidos fortaleceu esta abordagem, com a adoção do empiricismo e do objetivismo da sociologia e ciência política norte-americana da época. A estrutura curricular do Mestrado em Ciência Política reflete isso com clareza: são incorporados a epistemologia popperiana e os fundamentos metodológicos weberianos (distinção ciência/política, neutralidade axiológica). Disciplinas como matemática, estatística, modelos matemáticos, programação de computadores, técnicas survey, são lecionadas ao lado de disciplinas mais teóricas vinculadas às temáticas de desenvolvimento político, modernização e teoria política clássica.

No início de 1970, substituindo Bonilla através do convênio Fundação Ford, chegam ao DCP Jorge e Elizabeth Balán, como professores visitantes, ambos com treinamento em Sociologia. Além deles, são contratados Mário Brockman Machado (doutor pela Universidade de Chicago) e David Lopez (como professor visitante).

A influência dos Balán é importante para introduzir sistematicamente temáticas mais próprias da sociologia: sociologia urbana, marginalidade, classes sociais, sindicalismo e migração. Um grupo de alunos do DCP desse período (1970-71) é sensibilizado por essas abordagens e, posteriormente, torna-se um dos núcleos principais para o ressurgimento da Sociologia, enquanto disciplina acadêmica em Belo Horizonte, através da criação do Mestrado em Sociologia.

Jorge Balán, além de lecionar disciplinas sociologicamente orientadas, introduz técnicas de pesquisa qualitativas (histórias de vida e entrevistas), fundadas na tradição interpretativa.¹² Elisabeth Balán utiliza uma literatura próxima do neomarxismo ao analisar sindicalismo e classes sociais. Mário Brockman trabalha temáticas vinculadas à ideologia e sociologia do conhecimento. José Murilo de Carvalho, que retorna de Stanford em 1969 para elaborar sua tese de doutorado, procura introduzir a abordagem histórica na análise sobre as origens da constituição do Estado nacional, no período do Império no Brasil.

Fábio Wanderley Reis e Antônio O. Cintra, após o retorno dos EUA, continuam a exercer uma liderança institucional importante, mesmo com a introdução de outras influências teórico-metodológicas no programa. Os dois, juntamente com J.M. de Carvalho, podem ser considerados como os principais responsáveis por consolidarem o DCP, um programa altamente profissionalizado com padrões de exigências de trabalho acadêmico semelhantes aos que haviam sido expostos em Harvard, MIT e Stanford.

Carvalho que, em 1969, enfrenta a oposição de alguns alunos do DCP ao propor a temática de *nation-building* em uma conjuntura política marcada pelo autoritarismo, é o responsável pela abertura do DCP à História, possibilitando, junto com Mitre, a formação de um grupo de alunos que posteriormente vai exercer papel importante na transformação do Departamento de História da UFMG de mero formador de professores de 2º grau em um centro bastante promissor para a produção historiográfica.

Em 1973, Malori Pompermayer e Benício Schmidt retornam de Stanford, trabalhando com temáticas relacionadas a estado e autoritarismo. Em 1975, retorna Edgar Pontes, envolvido com as teses de Economia Política. Este grupo, em virtude de sua adesão à crítica à teoria de modernização, suas simpatias com as teses neomarxistas e preocupado em examinar mais detidamente as múltiplas faces do Estado burocrático-autoritário, introduz um novo conjunto de autores em seus cursos. Essa abordagem requeria mais familiaridade com a História e a Economia. O resultado foi a elaboração de um projeto de transformação do curso de mestrado em ciência política em um doutorado em ciências sociais, com áreas de concentração em Sociologia, Ciência Política, História e Antropologia, projeto recusado pelo Conselho de Pós-graduação da UFMG.

¹² Jorge Balán seguia muito de perto o tipo de abordagem da sociologia urbana que se desenvolvia na Universidade de Chicago nessa época. Ele é o professor que vai introduzir Becker e Cicourel no DCP.

Nesse período, começam a se evidenciar mudanças dos rumos do DCP, tanto na abordagem teórico-metodológica quanto em relação ao surgimento de um grupo que disputará a liderança institucional no DCP.

Por essa ocasião também o DCP é afetado por outros dois eventos. Em 1974, Eduardo O. Cisalpino assume a reitoria da UFMG, pretendendo revitalizar a administração universitária. Uma das realizações dessa administração é a instalação do ciclo básico de Ciências Sociais, que já funcionava em caráter experimental desde 1973. O Ciclo Básico é reestruturado em 1975, quando novos cursos passam a integrá-lo. Como requisito fundamental dessa nova estrutura é proposto que todos os professores do Básico trabalhem como uma equipe integrada, com dedicação exclusiva e estabilidade.

A concepção pedagógica e as contratações dos professores que iriam implementá-la foram feitas a despeito das opiniões das câmaras departamentais. Os critérios de recrutamento das equipes do Básico nem sempre baseavam em padrões de competência ou de qualificação acadêmica. Foram contratados professores recém-graduados, selecionados a partir de critérios onde se mesclam relações pessoais e engajamento político de esquerda.

Cada departamento incorporou em seus quadros cinco novos professores. Mas o "departamento informal" funcionava dentro de uma estrutura departamental formal. As lealdades eram com o Básico. As tarefas que julgavam pertinentes eram as exigidas pelo ensino no Básico, atitude bastante refratária a uma política geral dos departamentos.

As tensões institucionais aumentavam ou diminuía, dependendo da conjuntura de cada departamento. Quando os departamentos podiam resolver seus problemas sem o envolvimento das "equipes do Básico", as tensões ficavam latentes, mas quando estas, eram envolvidas no processo decisório, os conflitos se tornavam manifestos e divergências surgiam em torno do conteúdo programático das disciplinas, da escolha de chefias, da avaliação interna, dos projetos institucionais (Veiga, Barbosa, 1988, p.27).

Ora, a incorporação de cinco professores em um departamento como o DCP que, nessa ocasião, tinha um corpo docente permanente com mais ou menos dez professores¹³, alguns dos quais alunos do programa de Mestrado, alterava substancialmente possíveis correlações de força quando alguma matéria tivesse de ser submetida à votação.

Mais importante que isso, esse grupo foi a base de um núcleo que passará a discordar sistematicamente da proposta original para o DCP: um departamento basicamente orientado para o ensino pós-graduado, com um corpo docente academicamente orientado e com treinamento pós-graduado. Até então, o recrutamento para o DCP era o de selecionar estudantes academicamente vocacionados do Mestrado, independentemente de suas adesões teóricas, para enviá-los para doutoramento no exterior e, posteriormente, serem absorvidos nos quadros do DCP. O recrutamento feito para o Básico, à revelia do DCP, inverteu totalmente essa política. O concurso público realizado em 1977 incorporou mais alguns professores com um *ethos* fortemente marcado pelo engajamento político.

Durante o resto da década de setenta, o grupo original do DCP não se preocupou em estabelecer as bases para a convivência comum entre os dois grupos em gestação. A maioria dos membros do segundo grupo procurou obter titulação acadêmica em programas de doutorado no Brasil (USP, UNICAMP e Museu Nacional) e passou a disputar posições dentro de programa de mestrado. As temáticas escolhidas e suas adesões teóricas indicam suas concepções de conhecimento: sindicalismo, movimentos sociais, processos de trabalho, abordados com uma perspectiva do estruturalismo francês, do neomarxismo europeu e das teorias sociais críticas. A incorporação dessas vertentes teóricas, que poderia significar vitalização do DCP caso resultasse em trabalhos conjuntos, não se deu assim. O que de fato ocorreu foi a consolidação de dois grupos dentro do programa, com altos níveis de antagonismo pessoal intergrupos, virtualmente comprometendo qualquer projeto institucional comum.

Outro evento importante, que também resultou do processo de reforma universitária, tem a ver com as exigências feitas ao DCP para se envolver no curso de graduação de ciências sociais e a conseqüente transferência das instalações do departamento do prédio da reitoria para a Faculdade de Filosofia. O DCP funcionou na reitoria entre 1967 a 1974. Enquanto estava lá, o DCP manteve uma convivência intensa entre professores e mestrandos, o que facilitava a preservação do *ethos* altamente profissionalizado, com demandas rigorosas de trabalho acadêmico. A transferência do DCP para o prédio da FAFICH (exigência feita pelo reitor, com forte oposição dos professores do DCP) reduziu o nível de interação entre professores e alunos. Isto ocorreu, em parte, devido ao fato de o ambiente da FAFICH ser bastante conturbado, com alta circulação de alunos de graduação, e ser localizado em uma área de fácil acesso físico. Os professores reduziram sua presença em seus gabinetes de trabalho e os alunos do mestrado passaram a frequentar o departamento somente no horário das aulas.

¹³ É difícil precisar o número exato de professores pela ausência de registros e pela presença no DCP de professores-visitantes.

Todos esses fatores certamente contribuíram para alterar significativamente o projeto original do DCP, os padrões de convivência interna e os níveis de profissionalismo até então alcançados.

O programa de mestrado do DCP perde sua ênfase no uso de técnicas tipo *survey*, a abordagem popperiana da ciência torna-se minoritária, a metodologia da História é enfatizada, a dialética passa a ser a vertente epistemológica e os trabalhos baseados nas teses da economia política integram os cursos de teoria. A influência dessa perspectiva marca o DCP até o ano de 1979, quando são oferecidas pela última vez as disciplinas de caráter mais nitidamente histórico. De 1976 a 1979, o DCP conta com a participação de professores de outros departamentos. .

O exame das dissertações defendidas a partir de 1977 no DCP revela a mudança de interesses analíticos e influência da perspectiva histórica nos trabalhos discentes.¹⁴

O que sinaliza a adoção de nova abordagem é uma mudança nos interesses analíticos, bem como a forma de trabalhá-los. Ao contrário de uma preocupação sistêmica anterior, a ênfase agora recai no exame particular de um tema cuja demarcação é feita segundo critérios geográficos ou temporais. A tentativa de reinterpretação de fatos históricos, revisão de hipóteses correntes na literatura ou simplesmente trabalhos de reconstituição histórica são exemplos dos novos rumos do programa. Tal orientação recorre a material empírico baseado em pesquisa em jornais, documentos em arquivos, pesquisas bibliográficas.¹⁵ A partir de 1978, Michel Le Ven traz uma preocupação mais marcada por temáticas como sindicalismo, movimento operário e condições de vida da classe trabalhadora, ampliando-se os estudos de movimentos sociais em geral. A presença do professor visitante Luiz Jorge Werneck Vianna (1979), ministrando disciplinas como Dinâmica Trabalhista e Ciência Política e Fábrica, colabora na construção dessa perspectiva. Le Ven é provavelmente a principal liderança, juntamente com Magda A. Neves, do grupo originário do Básico.

O começo da década de 80 foi marcado por uma maior preocupação com temas mais próximos de filosofia política, com a discussão de questões como racionalidade, ética, ideologia

¹⁴ Uma análise detalhada do enfoque das dissertações no período foi feita por Carla Carneiro, e se encontra no relatório da pesquisa de Yeiga, Carneiro (1991).

¹⁵ Essa tendência na ciência política e na sociologia no Brasil, particularmente presente no DCP tem sido objeto de fortes críticas de Reis quando denomina esses trabalhos de historiografia com qualidade precária, lógica de investigação deturpada, vertente antropológica que procuraria recolher a riqueza do "cotidiano" tal qual "ele se apresenta à observação desarmada e crítica do participante", (1991, p. 27-29).

política. A emergência de uma produção discente com características eminentemente qualitativas, com amplas discussões teóricas e abordagens de aspectos mais analíticos e sociológicos dos problemas da ciência política, expressa esta inflexão sofrida pelo programa. Temáticas relacionadas às dimensões culturais, simbólicas e normativas atraem a atenção dos alunos, uma tendência também constatada no Mestrado em Sociologia. No ambiente interno do DCP, tais preocupações refletem a influência de C.E. Baesse, Regina Carneiro e Antônio Mitre, cujos cursos são marcados pela vertente mais filosoficamente orientada.

Mas elas também revelam uma tendência presente na produção de outros centros acadêmicos, no Brasil e no exterior. As dimensões simbólicas, resultado dos trabalhos oriundos da Antropologia, passam a receber um tratamento analítico não mais como algo sobredeterminado pelas macroestruturas materiais ou políticas, mas como um campo analítico válido em si mesmo. Esse reconhecimento torna-se recorrente na literatura dos anos oitenta, seja ela dedicada a temas como classes sociais, comportamento operário ou movimentos sociais, seja ela mais teoricamente orientada (Cardoso, 1986; Alexander, 1987).

Alguns comentários finais devem ser feitos, no exame da trajetória do DCP e do seu programa de Mestrado.

a) O grupo inicial do DCP conseguiu ser bastante bem-sucedido para institucionalizar as ciências sociais em Minas Gerais no período entre 1967 e 1977. A partir daí, o programa sofre um processo de perda de identidade progressiva, apesar da presença de intelectuais sérios e talentosos em seus quadros. Vários fatores contribuíram para isso:

Em primeiro lugar, o ambicioso projeto de treinamento do corpo docente só foi parcialmente bem-sucedido, apesar do apoio financeiro da Ford. Uma parte das pessoas enviadas para serem treinadas no exterior mostrou-se pouco adaptável aos padrões de trabalho exigidos pelas universidades dos Estados Unidos e retornou ao Brasil sem obter a título de doutor. Outra parte, apesar de terminar com sucesso o doutorado, foi atraída para Rio ou São Paulo (Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier, Amaury de Souza, Sônia Avelar, Evelina Dagnino). Outros retornaram ao DCP e permaneceram em Belo Horizonte por períodos variados de tempo e depois transferiram-se para outros centros (Benício Schmidt e José Murilo de Carvalho).

Em segundo lugar, a política de procurar substituir professores titulados por outros também foi somente parcialmente bem-sucedida.

Mário Brockman, Bernardo Sorj e René Dreifuss foram contratados mas optaram pelo Rio. O único que permaneceu foi A. Mitre.

Em terceiro lugar, alguns dos professores importantes do DCP optaram por carreiras mais vinculadas a órgãos estatais de planejamento ou à iniciativa privada. Alguns deles permaneceram com contratos de trabalho em tempo parcial. O que dificultava seu envolvimento nas tarefas de consolidação institucional. O DCP teve, por isso, de esperar o treinamento de uma terceira geração de cientistas políticos. Mas esse grupo tem concepções diferentes do que pode e deve ser o DCP.

b) O DCP foi importante para o início do treinamento do grupo que, em 1981, organiza o Mestrado em Sociologia. Com isso, além de não reter em seus quadros promissores cientistas sociais, passou a enfrentar, a partir da metade da década de oitenta, a concorrência de outro programa de mestrado na área de ciências sociais, disputando os melhores alunos egressos dos cursos da UFMG.

c) As lideranças institucionais do DCP foram pouco hábeis ou excessivamente desatentas para promover a integração no programa de parte dos professores que ingressaram no Departamento em 1975 e 1977. As diferentes concepções de "como fazer ciência" não foram explicitadas e o dissenso teórico-metodológico cristalizou-se através de divergências pessoais. Talvez o resultado não fosse diferente, mas não houve esforço consciente e explícito para tratar as divergências institucional e academicamente.

d) O DCP, desde a sua organização, contou com a liderança marcante de Fábio W. Reis. Ele foi o único que permaneceu da geração organizadora do programa, além de ter sido professor da grande maioria dos atuais docentes do mestrado. Seja em virtude do seu perfil acadêmico (é o que tem o maior número de publicações em veículos de penetração nacional), seja pelo fato de ocupar posições institucionais destacadas nacionalmente, Reis é o cientista político mais renomado da UFMG. Com isso ele tem acesso às várias redes de distribuição de recursos para pesquisa e de designação de reputação na área. Isso o torna detentor potencial de alta influência instrumental e simbólica que pode afetar, pelo menos em

tese, a carreira dos membros com menor visibilidade nacional.

Além disso, Reis é um intelectual convicto de suas posições teórico-metodológicas, o que o leva a criticar vigorosamente o trabalho de todos dos quais discorda. Quando as críticas se dirigem a outros acadêmicos com reputação já firmada, elas podem ser entendidas como um diálogo entre pares. Mas quando são endereçadas a profissionais em processo de consolidação de suas carreiras podem ter vários efeitos: desestimular projetos embrionários, acirrar diferenças, facilitar a personalização das divergências.

A convergência de uma convivência problemática entre *senior* e *não-senior* com concepções teórico-metodológicas diferenciadas pode resultar em um tipo de organização do trabalho intelectual que recorre a estruturas paralelas de designação de prestígio e na baixa articulação das atividades dos vários membros, dificultando as tarefas de coordenação em um projeto institucional.

4 A SOCIOLOGIA EM MINAS GERAIS E O MESTRADO EM SOCIOLOGIA DA UFMG

A trajetória da Sociologia em Minas Gerais, entendida como a viabilização da prática acadêmica disciplinar, esteve, inicialmente, vinculada à área de Sociologia e Política da FACE; mas a partir de 1966-1967, com a criação do DCP e a fusão do curso da FACE com o de Ciências Sociais da FAFICH, a Sociologia deixa de ser objeto da atividade sistemática dos cientistas sociais. Posteriormente (entre 1970-73), um grupo de jovens cientistas sociais (nessa ocasião todos na faixa etária entre 25 a 28 anos e estudantes do Mestrado em Ciência Política) presta concurso no Departamento de Sociologia e Antropologia e aí se inicia o processo de revitalizar a identidade disciplinar e acadêmica da Sociologia, processo que resulta na criação do Mestrado em Sociologia, em agosto de 1981.

Pode-se afirmar, no entanto, que até 1977, quando é realizado outro concurso público no Departamento de Sociologia e Antropologia (assim como no DCP), ocasião na qual novos professores são incorporados e outros retornam da França, Estados Unidos e Inglaterra (onde estavam realizando seus cursos de doutorado), a trajetória de Sociologia esteve completamente subordinada ao que ocorria no DCP.

A maioria dos membros do grupo que se encarrega da revitalização da Sociologia em Minas Gerais era composta por:

a) ex-alunos da FACE e mestrados em Ciência Política: Ronaldo de Noronha, Lígia

Maria Leite Pereira e Maria Celina Albano haviam concluído seu bacharelado na FACE em 1966 e 1967 e ingressaram no Mestrado em Ciência Política em 1968;

b) ex-alunos da FACE, transferidos para FAFICH em 1967, aí se graduando em 1968 e 1969: Laura da Veiga, graduada em 1968, que iniciou seu mestrado em 1969; Berenice Martins Guimarães e Antônio Augusto Pereira Prates graduaram-se em 1969 e começaram a cursar o Mestrado em Ciência Política em 1970;

c) ex-alunos do curso de Ciências Sociais da FAFICH, graduando-se em 1969-1971 e ingressando posteriormente no DCP: Antônio Luiz Paixão, Otávio Dulci, Carlos Eduardo Ataíde de Castro e Francisco Jacob Pimenta (turmas 1970 e 1971 do DCP);

d) professores contratados em 1977 sem nenhuma vinculação institucional com o grupo de Minas até então, mas que haviam conhecido alguns dos mineiros nos programas de doutorado no exterior (França e Inglaterra): Bila Sorj (Inglaterra), Renato Ortiz e Paula Monteiro (França); Joseph F. Pierre Sanchis, doutor em Antropologia pela *E'cole de Hauts Etudes Sciences Sociales* (EHESS-França), também contratado em 1977, não mantivera nenhum tipo de relação pessoal com o grupo de Minas. Os três últimos foram responsáveis pela incorporação Antropologia no mestrado de Sociologia.

e) ex-alunos da FACE que haviam saído de Minas, realizando seus mestrados ou doutorados fora e retornando a Minas entre 1979-1981: Nair Muls, graduada na FACE (1966) e com mestrado em Louvain; Maria das Mercês G. Somarriba, graduada na FACE (1967), mestre em Sociologia pela UnB e com doutorado em Sussex (Grã-Bretanha).

Como é possível perceber, a maioria do grupo que se envolve, inicialmente, com o projeto de modernização do Departamento de Sociologia e Antropologia para transformá-lo em um lugar onde se ensinasse ciências sociais, ainda no nível de graduação, obedecendo a padrões minimamente sérios do ponto de vista acadêmico, fora socializado nos ambientes da FACE ou do DCP. Esse mesmo grupo havia-se envolvido com o "curso paralelo" em 1968. A sociologia enquanto disciplina havia perdido a liderança mais antiga, em virtude da transferência

dos professores Edmundo C. Coelho e Fernando Correia Dias para outros centros acadêmicos. A geração mencionada acima tinha um projeto de modernização do Departamento de Sociologia e Antropologia mais ou menos inconsciente no início, algo difuso, um certo entendimento implícito a partir do qual esse grupo procurava deslocar das posições institucionais do departamento aqueles professores oriundos da antiga FAFI, considerados como pouco zelosos no uso cotidiano de padrões pessoais, universalistas e de competência acadêmica.

Mas, diferentemente da trajetória do DCP, o projeto permaneceu implícito durante alguns anos. Cada um procurava seus próprios caminhos acadêmicos, cujas propostas institucionais não eram objeto de discussão e recursos acadêmicos eram pouco mobilizados. Mas seja pelo compartilhamento de experiências existenciais muito próximas (todos de uma mesma geração), seja pela socialização profissional proveniente da FACE ou do DCP, o grupo manteve-se relativamente coeso ao longo do tempo, com intensas relações interpessoais. Talvez aí esteja o principal fator que possibilita ao grupo da Sociologia, já em 1979, mesmo tendo adesões metateóricas e sociológicas diferentes, se engajar em um projeto comum, agora explícito: o de consolidar a Sociologia em Minas.

Outro fator explicativo dessa coesão relativa está relacionado à proximidade do *alter-ego* da Sociologia em Minas: o DCP. A trajetória do DCP, onde se mostrara positiva, estimulava a Sociologia via emulação e onde demonstrara ter efeitos disruptivos ou negativos, sinalizava para a Sociologia a necessidade de medidas preventivas, intencionalmente direcionadas.

Um terceiro fator explicativo do sucesso relativo desse grupo para revitalizar a Sociologia em Minas tem a ver com as dificuldades materiais e institucionais enfrentadas para viabilizar seu projeto. Em primeiro lugar, quando os primeiros componentes desse grupo tornam-se professores do departamento encontram um departamento fraco, sem nenhuma projeção acadêmica, com um número significativo de professores com baixos padrões de profissionalismo. O curso de Ciências Sociais, basicamente sob a responsabilidade do Departamento de Sociologia e Antropologia, podia ser caracterizado por um total *laissez-faire*, onde pouco se ensinava ou se aprendia. Os novos professores enfrentam nesse momento dupla tarefa: adquirir controle sobre as instâncias administrativas e melhorar os padrões de ensino em uma época em que o regime de tempo integral era limitado a poucos na UFMG.

Em segundo lugar, diferentemente do DCP, os professores do Departamento de Sociologia e Antropologia só puderam ir realizar seus cursos de doutorado com a implantação do Plano Institucional de Capacitação Docente (PICD) ou com

bolsas obtidas individualmente. A área de Humanas começa a ser incorporada no PICD em 1974, quando Lígia Pereira, Carlos Eduardo A. de Castro, Maria Celina Albano, Antônio Augusto Prates (até então professor do Departamento de Psicologia) e Antônio Luiz Paixão saem para seus doutorados (os três primeiros pelo PICD e os dois últimos com bolsas da Ford). A escolha dos centros acadêmicos feita por eles já indicava uma atitude crítica à ortodoxia do pensamento predominante nas ciências sociais norte-americanas. Em 1976 e 1977, Laura da Veiga e Otávio Dulci iniciam seus doutorados.

Originário no contexto da Ciência Política na UFMG, este grupo vivenciou as inovações temáticas introduzidas no DCP e as absorveu na constituição de seu próprio perfil. Temáticas como classes sociais, estruturas sociais, urbanização, marginalidade urbana e desvio social possibilitaram a emergência de indagações sobre marxismo, estruturalismo e fenomenologia, e passaram a nortear a ação acadêmica deste grupo de professores na busca de novas abordagens. A escolha dos centros acadêmicos para treinamento em nível de doutorado comprova esta afirmação: EHESS-França, Manchester-Inglaterra, Stony Brook-Estados Unidos, Stanford-Estados Unidos e Glasgow-Escócia.

O retorno dos primeiros membros do grupo da Europa e dos Estados Unidos ocorre entre 1978 e 1982. Com a incorporação de Pierre Sanchis, Renato Ortis, Bila Sorj, Berenice Guimarães e Paula Montero (em 1977), Nair Muls (1979), Mercês Somarriba e Maria da Glória Gohn (1981), a equipe se fortalece o suficiente para propor a criação do mestrado, além de se envolver na formação de outra geração que se incorpora ao departamento a partir de 1984.

Tendo conseguido formar a massa crítica necessária para iniciar o mestrado, o grupo da Sociologia passa a enfrentar três outros tipos de dificuldades. A primeira é obter apoio das agências nacionais Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - em uma conjuntura já pouco favorável à criação de novos programas. Os recursos de agências nacionais Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e de fundações internacionais (Ford, Rockefeller e Fulbright) que viabilizaram, através de forte aporte financeiro, programas como os do IUPERJ, do CEBRAP, do DCP, do Museu Nacional, da UnB e da UNICAMP, já estavam comprometidos, como foi afirmado por dirigentes dessas agências com seus "clientes preferenciais". Com isso, o Mestrado em Sociologia, para montar uma infra-estrutura mínima (biblioteca e equipamentos) ou obter recursos para pesquisa e bolsas de alunos só pode se apoiar na CAPES e no CNPq. O aporte de recursos dessas agências aos programas é extremamente baixo e projetos de pesquisa mais ambiciosos, portanto mais onerosos, dificilmente obtêm os recursos necessários

para serem desenvolvidos. Com isso, programas de pesquisa maiores tiveram de ser eliminados e a pesquisa individual foi a solução encontrada, dificultando a formação de linhas de pesquisas sólidas e com desdobramentos significativos.

A segunda dificuldade foi projetar o mestrado e seu grupo, primeiro, dentro da própria UFMG e, segundo, nacionalmente. A Sociologia tinha de competir com a Ciência Política para atrair alunos talentosos. Mas a obtenção de bolsas era fundamental, pois somente a vocação sociológica dos possíveis candidatos não bastava para retê-los dentro do programa. Essa foi uma tarefa que ocupou todos os coordenadores do Mestrado até o ano de 1987, quando finalmente conseguiu-se o número de bolsas suficiente para atender à demanda. A atuação dos professores do mestrado na graduação de ciências sociais foi crucial para atrair alunos. Para projetar o grupo nacionalmente, os professores do mestrado fizeram um investimento sistemático para apresentar trabalhos nas reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), além de promoverem experiências de cursos conjuntos com professores do IUPERJ, Museu Nacional, UNICAMP e UnB.

A terceira dificuldade era interna: distinguir o mestrado do Departamento de Sociologia e Antropologia, onde ainda permanecia parte substancial de professores com trabalho acadêmico pouco expressivo e um grupo de docentes sem titulação. Diferentemente do DCP, que até muito recentemente não demarcara as fronteiras entre departamento e mestrado, o grupo da sociologia estabeleceu, desde sua organização, os critérios que definem quais dos professores do Departamento de Sociologia e Antropologia pertencem ao corpo docente do mestrado. Os critérios foram titulação (doutores e doutorandos) ou mestres para cobrir temáticas para as quais não havia pessoal mais titulado. Evidentemente, isso gerou um conflito interno, contornado parcialmente, na medida em que vários professores se envolveram em programas de doutorado nos anos posteriores.

Um tema deve ainda ser abordado para entender o processo de consolidação da Sociologia em Minas: a incorporação no ambiente acadêmico da concepção da sociologia enquanto campo pluriparadigmático.

A relativa rejeição ao funcionalismo estrutural, forte na formação desse grupo quando seus integrantes eram alunos de graduação ou de mestrado, ao empiricismo, ao objetivismo sociológico e à metodologia quantitativa, inicialmente provocou a busca individual de outros enfoques alternativos.

Desde o período de treinamento do corpo docente do mestrado até 1986, a presença de tamanha diversidade de abordagens quase foi

traduzida em um relativismo do tipo "cada um pensa e faz o que quer". As adesões teóricas não eram objeto de debates entre seus adeptos. Mas esse "pluralismo teórico sem constrangimentos" passou a ser questionado por conseqüências não antecipadas, através do exercício da atividade docente: os alunos começaram a desqualificar professores e abordagens antes de uma exposição mais rigorosa às diferentes escolas. Decide-se então trazer o debate teórico para as disciplinas de teoria sociológica, mas através de um trabalho conjunto, onde professores comprometidos com diferentes tipos de abordagens fossem encarregados de cobrir tópicos específicos, em Teoria Sociológica II; ou de dois professores lecionarem juntos a Teoria Sociológica I. Essas mudanças ficam claras quando se examina o que se ensinava e o que se ensina nos cursos de teoria sociológica, a partir de experiências didáticas realizadas no mestrado.

No processo de consolidação da Sociologia em Minas, provável conseqüência do intercâmbio externo e interno com diferentes matrizes teóricas, destaca-se o interesse sistemático de parte significativa dos professores em seguir os desdobramentos teórico-metodológicos das abordagens com as quais têm maior afinidade e as controvérsias, revisões e sínteses produzidas nos Estados Unidos e na Europa. O processo de "desprovincianização" iniciado em 1974, junto com o treinamento do grupo de sociologia em nível de doutorado, continua seu curso. A exposição sistemática desses intelectuais a diferentes matrizes institucionais e teóricas teve efeito altamente positivo para o grupo pois parte dele é integrado por pessoas intelectualmente inquietas, pouco afeitas a adesões definitivas a autores ou escolas.

Apesar de ser possível distinguir adeptos mais fortemente marcados pela tradição microsociológica e pela tradição macro, a tendência predominante é a de incorporar as tensões, dilemas e críticas que cada tradição tem enfrentado, resultando no reconhecimento de que as tensões sujeito-estrutura, indivíduo-sociedade, razão instrumental razão simbólica, dominação-coesão, abordados desde os clássicos na Sociologia, não encontraram solução satisfatória, porquanto o que se tem na teoria social são algumas tentativas de sínteses, mas ainda por demonstrar se serão frutíferas ou não para enfrentar temáticas substantivas. Mas, apesar desses esforços, o nível de debate público sobre diferentes perspectivas ficou ainda muito restrito.

Como decorrência dessas preocupações, alguns membros do grupo preocupavam-se em criar situações de trabalho conjunto para examinar concretamente até que ponto o caráter multidimensional da vida social pode ser abordado, utilizando perspectivas oriundas das diferentes escolas. É a busca de novas sínteses, mas através de pesquisas sobre temáticas suficientemente complexas para explorar as tensões

entre estrutura e ação, algo sugerido por Giddens, quando afirma que:

"The new synthesis will reject all forms of explanation which suggest that human behaviour is in a direct sense the result of social causes (one sense which determinism can assume in the social sciences). At the same time, it will acknowledge the significance of institutional constraints and parameters forming both the condition and outcome of individual action. All this will alter the self-perception of sociology, because in this emergent standpoint emphasis is placed upon a relation between social science and the subjects of its study. The concepts, theories and findings generated by sociology 'spiral in and out' of social life, they do not form an ever-growing corpus of knowledge" (grifo nosso, 1987, p.31-32).¹⁶

É provável que outros grupos também se decidam por essa forma de trabalhar as controvérsias da área. Talentos e convergências em torno de temáticas existe, dependendo de um investimento na captação de recursos e da decisão de se envolverem em empreendimentos dessa natureza.

O processo de revitalização da Sociologia em Minas foi marcado por três movimentos:

a) no início, quando parte dos integrantes do grupo, incorporada ao Departamento de Sociologia e Antropologia nos anos setenta estava envolvida em seus cursos de doutoramento ou de mestrado, havia um projeto difuso, portanto bastante aberto às iniciativas individuais, norteando as ações de cada um. Entre 1970 e 1978, a maioria está-se titulando e procurando alternativas teórico-metodológicas que forneçam respostas para suas inquietações intelectuais. O compartilhamento de experiências de socialização como as vivenciadas no curso de Sociologia e Política da FACE, o "curso paralelo" de 1968, o mestrado no DCP, possibilitava certo entendimento tácito articulado de combinar rigor na atividade acadêmica e pluralismo

¹⁶ A nova síntese rejeitará todas as formas de explicação que sugerem que o comportamento humano está diretamente relacionado com o resultado de causas sociais (um sentido cujo determinismo pode assumir nas Ciências Sociais). Ao mesmo tempo, ela incorporará o significado de constrangimentos e parâmetros institucionais formando ambos a condição e o resultado da ação individual. Tudo isso alterará a autopercepção da sociologia, porque, segundo este ponto de vista emergente, a ênfase está colocada na relação entre ciência social e os seus objetos de estudo. Os conceitos, teorias e descobertas geradas pela sociologia "uma espiral em movimento da vida social, eles não formam um corpo de conhecimento sempre crescente" (tradução nossa).

teórico, o que, por sua vez, impedia a fácil adesão ao ativismo político puro ou a legitimidade de se procurar impor uma única matriz intelectual. O grupo se amplia entre 1977 e 1988 com o recrutamento de novos professores, substituindo parcialmente algumas das perdas ocorridas em 1984-85.

Com o retorno de Lígia Pereira da França, o projeto difuso começa a ser explicitado e a se institucionalizar através da criação do Mestrado em Sociologia. O processo de consolidação só se completa em 1988, quando as principais dificuldades operacionais são parcialmente eliminadas. O fato de o programa dispor sempre de um núcleo, variando entre sete a dez pessoas, viabiliza a rotatividade de lideranças e exige a negociação coletiva sobre o que deve ser feito. Os resultados são positivos por várias razões: forma a rede de apoio necessária para viabilizar mudanças institucionais, o que distribui responsabilidade e capacidade de influência, e permite acionar um número maior de pessoas para manejar conflitos eventuais, o que, por sua vez, evita a personalização excessiva nos processos decisórios e a utilização das várias redes de lealdades para implementar decisões. O afastamento temporário de alguns para perseguirem seus projetos individuais, acadêmicos ou não, evita que se sacrifiquem oportunidades oferecidas a alguém em nome de um projeto coletivo, o que poderia se transformar em camisas-de-força e limitar, inclusive, a emergência de novas alternativas institucionais. Além disso, dispersa a capacidade de influência e a responsabilidade institucional entre várias pessoas, permitindo a constante incorporação de novos integrantes ao núcleo decisório, desde que estejam qualificados para tal.

b) Outra característica importante do grupo está relacionada ao controle implícito ou explícito dos níveis admissíveis do dissenso interno, realizado através de vários mecanismos:

- acionar todo o corpo docente do Mestrado periodicamente para discutir as metas a serem perseguidas, a curto ou a longo prazos, e examinar possíveis tensões que podem estar comprometendo academicamente o programa, procurando assim envolver todos na execução das decisões;

- incorporar os mais jovens ou os menos experientes em projetos comuns, coordenados por outros com mais experiência;

- constante estímulo aos que não adquiriram suficiente titulação a se envolverem em programas de doutoramento, desde, é claro, que sejam percebidos como dotados de talento e tenham vocação acadêmica;

- tem a ver com a legitimação interna do que pode ou deve merecer a atenção dos integrantes do grupo do ponto de vista institucional, quando se procura demarcar as fronteiras, sempre ambíguas, dos *issues* a serem enfrentados;

- procurar explicitar, sempre que percebidas, as tensões consideradas perigosas e discutilas em arenas públicas. O recurso sistemático a tais procedimentos tem evitado, até o momento, isolar parcialmente possíveis ressentimentos oriundos de características pessoais dos integrantes do grupo ou da falta de sucesso de alguém em demonstrar a pertinência de seus pontos de vista e, ao mesmo tempo, impedir que *discordâncias extra-acadêmicas*¹⁷ se transformem em clivagens cristalizadas e personalizadas.

c) O grupo de Sociologia, em 1988, começa a discutir a possibilidade de concentrar os interesses de pesquisa e a capacidade de trabalho em torno de projetos mais ambiciosos e que possam possibilitar desdobramentos significativos no sentido de explorar as indagações teóricas ou empíricas que tenham emergido ao longo de pesquisas anteriores. Alguns dos participantes do programa reconhecem que o caráter relativamente frouxo que até então caracterizara o empreendimento coletivo, já começara a deixar transparecer a sua face negativa: a produção do grupo ainda se mantinha restrita em termos dos veículos onde era difundida (um terço dos trabalhos não haviam sido publicados nas revistas especializadas de projeção nacional ou poucos livros haviam sido escritos); os recursos obtidos junto às agências de financiamento eram limitados, pois eram solicitados individualmente; os estudantes não estavam sendo envolvidos em projetos de pesquisa o que, por sua vez, exigia dos

¹⁷ Por *discordância extra-acadêmica* entende-se diferenças político-partidárias, adesões a candidatos dentro e fora da universidade, posicionamentos em torno de questões sindicais envolvendo o corpo docente etc. Evidentemente, muitas vezes, questões oriundas dessas fontes têm efeitos diretos e quase imediatos sobre a vida acadêmica, mas o que se procura impedir é a desqualificação de uma proposta para o programa, simplesmente pelo fato de o proponente ter votado em um candidato x ou y, ou ter ou não apoiado uma greve.

orientadores um esforço triplo (preparar seus cursos, orientar estudantes em temáticas muitas vezes distantes do interesse do próprio orientador e executar suas próprias pesquisas e publicações): enfim, já era o momento de racionalizar a utilização do tempo e talentos do grupo e imprimir perfil mais definido no programa. Evidentemente, outros participantes do grupo não estavam ainda convencidos das vantagens de mudança de rota, inclusive pelo fato de ela implicar maior controle sobre o trabalho de cada um ou talvez restringir a emergência de novas temáticas ou perspectivas.

Na trajetória do grupo da Sociologia destacam-se o compartilhamento dos padrões de socialização profissional, a incorporação da diversidade teórico-metodológica e a baixa competição interna em torno de uma única estrutura reputacional. A primeira dimensão facilita as tarefas de coordenação interna nas atividades institucionais do grupo. No entanto, a tolerância com a diversidade teórica provoca uma integração acadêmica frouxa, resultando em baixos níveis de dependência estratégica e funcional, o que compromete, por sua vez, a possibilidade do enfrentamento adequado dos desafios da disciplina.

A baixa competição em torno de uma única hierarquia profissional, em parte uma estratégia interna para evitar conflitos, tende a incrementar a vinculação de membros individuais do programa a várias redes de prestígio, local ou nacional, acadêmicas ou não. Os efeitos aí podem ser positivos ou negativos: positivos enquanto expandem as possibilidades de intercâmbios com outros grupos de programas; negativos enquanto postergam ou tornam fluidos o estabelecimento de critérios pertinentes para orientar as atividades do grupo.

5 CONCLUSÕES

A análise realizada sobre os dois programas da UFMG permite alguns comentários.

Os dois programas mostraram-se sensíveis aos efeitos das políticas governamentais, sejam eles mediados pela universidade - instituição significativamente alterada ao longo do período examinado -, sejam eles constrangimentos institucionais, normativos ou financeiros, oriundos de agências governamentais ou de financiamento, atingindo, direta e diferenciadamente, os grupos. Tais processos indicam a pertinência das dimensões do contexto, salientadas por Whitley.

A UFMG, durante a reestruturação, passou por um processo de regulamentação das modificações que foram sendo introduzidas, criando

novos órgãos executivos e normativos, suportados por um conjunto de regulamentos internos - contestáveis juridicamente pelo fato de serem normas ainda não incorporadas aos estatutos e regimentos da UFMG, sem a aprovação final do Ministério da Educação e Cultura (MEC) - e do Conselho Federal de Educação (CFE). A universidade, até a aprovação final do estatuto, funcionava administrativamente com dois tipos de regulamentos, um formal e outro informal.

O DCP pôde-se beneficiar dessa ambiguidade normativa, pois não foi obrigado a seguir um conjunto de procedimentos posteriormente introduzidos, ampliando as exigências internas para criar um programa de mestrado, por exemplo. O Mestrado em Sociologia foi criado em uma conjuntura interna diferente, quando a Pró-Reitoria de Pós-Graduação já produzira um conjunto de regras a ser obedecido pelos programas de pós-graduação na universidade. Assim, abertura de novas vagas, credenciamento de orientadores, criação de disciplinas, alterações curriculares ou de regulamento, passaram a ser monitorados pela Câmara de Pós-Graduação, reduzindo bastante a flexibilidade dos mestrados e doutorados na UFMG para experimentarem alternativas sem que elas estivessem formalizadas e autorizadas pelos órgãos centrais da universidade.

A implantação desses controles internos na UFMG é o resultado, por sua vez, de dois processos relativamente concomitantes: o da reestruturação da universidade, iniciado em 1964, onde um dos objetivos era o de transferir as decisões das escolas para os órgãos da reitoria (examinada na seção 2) e a implantação do sistema de avaliação da CAPES que, lentamente, foi forçando universidades e programas a se ajustarem ao conjunto de exigências emanadas das comissões desta agência. Por isso, enquanto o DCP permaneceu durante alguns anos com seus currículos abertos, introduzindo novas disciplinas, alterando suas denominações e conteúdos, ou pode utilizar professores ou orientadores sem titulação formal, a Sociologia, desde o início, teve de demonstrar dispor de massa crítica e apresentar uma estrutura curricular definida.

Além disso, o DCP, durante seis anos pelo menos, manteve suas vinculações institucionais internas frouxamente definidas, o que lhe permitiu certo alheamento em relação aos problemas da graduação e independência das instâncias deliberativas das escolas que, em geral, dispõem de poucos recursos para ajudar, mas podendo complicar o cotidiano de um programa de mestrado. As congregações das unidades, segundo os estatutos, devem examinar as mudanças introduzidas. Em vários momentos, a composição interna dessas congregações ou a mentalidade dos diretores dificultaram a tomada de decisão, tornando-a penosa e demorada. Com isso, os grupos vinculados aos mestrados na UFMG, a partir da

segunda metade da década de oitenta, passaram a ter de despender parte de seu tempo procurando influenciar os processos eleitorais, através dos quais as congregações e as diretorias das escolas, assim como a Câmara de Pós-Graduação, são recompostas. Esse tempo poderia estar sendo utilizado em outras atividades mais valorizadas pela academia.

A situação do grupo da Sociologia era mais vulnerável e dependente das instâncias deliberativas da FAFICH e da UFMG. Diferentemente do DCP, que desde o início dispunha de recursos de fontes externas (Fundação Ford), o Mestrado em Sociologia foi criado em uma conjuntura altamente restritiva do ponto de vista de dotações financeiras extra-orçamentárias, além de ser obrigado a seguir conjunto de regras do MEC-CAPEs ou da UFMG, muito mais complexo e rígido.

Um segundo conjunto de diferenças se evidencia quando se comparam os dois programas: a forma como cada um dos grupos conduziu os processos de consolidação, a sensibilidade das áreas à influência de públicos externos e às controvérsias disciplinares, assim como a capacidade de gerenciar conflitos internos, variaram bastante.

As duas áreas disciplinares são bastante sensíveis a controvérsias teórico-metodológicas e consensos, e quando são alcançados ficam restritos aos que compartilham as mesmas orientações metateóricas ou aos que aderem a escolas específicas em ciências sociais.

Outros elementos analíticos devem ser incorporados para explicar as diferenças detectadas: estilo de liderança; compartilhamento de padrões de socialização profissional; dispersão do processo decisório entre um número maior de pessoas; capacidade dos grupos para encontrar mecanismos institucionais de modo a absorver novos membros e suas propostas; sensibilidade para perceber a emergência de tensões e clivagens internas, criando as arenas institucionais para discuti-las e definir coletivamente quais demandas podem e devem fazer parte da agenda coletiva; estabilidade relativa de um núcleo mínimo de profissionais por um período maior de tempo. As dimensões relacionam-se aos processos de coordenação das práticas profissionais, apontadas por Whitley.

O DCP, apesar das condições favoráveis iniciais, em termos de apoio financeiro e relativa liberdade para incorporar novos professores, enfrentou várias outras dificuldades: não conseguiu estabilizar o grupo, em virtude da saída de alguns dos profissionais treinados para permanecer no programa ou recrutados posteriormente para substituir os que haviam saído, o que alterou bastante o perfil acadêmico do grupo; os dissensos teórico-metodológicos se cristalizaram em subgrupos com baixos níveis de diálogo; modificações no perfil

do grupo não foram administradas institucionalmente para serem incorporadas nas atividades do mestrado.

O grupo da Sociologia, apesar de ter enfrentado uma conjuntura mais adversa em termos de obtenção de recursos e apoio de agências de financiamento, compartilha um conjunto mais amplo de convicções: a maioria dos integrantes do grupo reconhece a importância da teoria na demarcação das problemáticas a serem pesquisadas e a necessidade de explorar com mais rigor as limitações do enfoque adotado, algo ultra-enfatizado nos cursos de metodologia; aceita o caráter não-consensual da área disciplinar, o que não significa resvalar para o completo subjetivismo ou relativismo, mas sim tolerar diferenças e procurar alguns pontos de convergências; considera legítima a coexistência de diferentes abordagens, o que implica esforço cotidiano para impedir tentativas de algum membro do grupo em definir uma única perspectiva para todos e a fácil desqualificação das demais. Mas, como foi registrado anteriormente o debate público das divergências é restrito e talvez indique mais a dificuldade do grupo em lidar com conflitos abertos.

Apesar das diferenças nos níveis de explicitação dos conflitos, a configuração das hierarquias profissionais internas dos dois programas se diferenciam bastante. No DCP um membro se destaca por sua seniority e pelo tempo de atuação no programa, o que inclusive facilitou a captação de recursos externos e a vinculação do DCP a outros grupos no País. Mas, talvez por ser uma única liderança com estas características, tem tido papel central nas clivagens internas. Na Sociologia a liderança foi exercida por um grupo, diferenciado internamente quanto a prestígio e vocações institucionais, o que tende a dificultar a personalização dos conflitos.

A natureza das atividades que concentram as atenções profissionais (o nível de incertezas técnicas e estratégicas), nos termos de Whitley, é pertinente, mas não necessária e exclusivamente determinada pela organização do trabalho intelectual dos grupos examinados. As duas disciplinas têm baixa integração teórica, o que impede o estabelecimento de uma agenda única para determinar a relevância de temas e abordagens específicos, assim como para estabelecer como os trabalhos individuais se articulam. No entanto, em virtude da maior atenção institucional dada às atividades coletivas e da confluência relativa de interesses temáticos, é possível que a Sociologia da UFMG alcance melhores níveis de integração da produção individual em torno de grandes temáticas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALEXANDER, Jeffrey C. *Action and its environments*. New York: Columbia University, 1988.

- 2 ALEXANDER, Jeffrey C. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.2, n.4, p.5-28, jun. 1987.
- 3 ARRUDA, Maria Arminda do. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989. p.234-315.
- 4 BEN-DAVID, Joseph. Emergence of national traditions in the sociology of science. In: GASTON, Jerry (Ed.). *Sociology of Science*. Londres: Ioney-Bass, 1978. p.197-218.
- 5 BROWN, James Robert (Ed.). *Scientific rationality: the interpretative turn*. Boston: D. Reidel, 1984.
- 6 CARDOSO, Ruth (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- 7 CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Nacional, 1978.
- 8 CINTRA, Antônio O. sociologia e ciência: para uma revisão da sociologia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.4, n.1, p.3-49, jun. 1966.
- 9 COLLINS, Randall. *Conflict sociology: toward an explanatory science*. New York: Academic, 1975.
- 10 DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- 11 FARIA, Vilmar E. Sociologia: Ciência ou ideologia? *Revista de Estudos Sociais*, Belo Horizonte, n.2, p.9-34, mar/abr. 1968.
- 12 FUCHS, Stephan, TURNER, Jonathan. *Patterns of organizational control in scientific production*. MS Riverside: University of California, 1986.
- 13 GIDDENS, Anthony. *Social theory and modern sociology*. Stanford: Stanford University, 1987.
- 14 HADDAD, Maria de Lourdes A. *Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: raízes da idéia de universidade na UFMG*. Belo Horizonte: [s.n.], 1988. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação.
- 15 KNORR-CETINA, Karin P. *The manufacture of Knowledge: an essay on the constructivist and contextual nature of science*. Oxford: Pergamon, 1981.
- 16 KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. 2.ed. Chicago: University of Chicago, 1970.
- 17 KUHN, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- 18 LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (Ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University, 1977.
- 19 MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. New York: Harcourt, 1936.
- 20 MERTON, Robert K. *La sociologia de la ciencia*. Madrid: Alianza Universidad, 1985.
- 21 MICELLI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1930-1964). In: MICELLI, Sérgio (Org.). *História das ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/EDUSP, 1974.
- 22 NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- 23 NISBET, Robert. *The sociological tradition*. Londres: Heinemann, 1967.
- 24 PEXOTO, Ana Maria Cassassanta. *Educação no Brasil, anos vinte*. São Paulo: Loyola, 1983.
- 25 POPPER, Karl R. *La lógica de la investigación científica*. Madrid: Tecnus, 1962.
- 26 REIS, Fábio Wanderley. A propósito da ciência e dialética. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.4, n.1, p.298-305, jun. 1966.
- 27 REIS, Fábio Wanderley. O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.6, n.16, p.27-42, jun. 1991.
- 28 VEIGA, Laura da. A trajetória de uma geração de cientistas sociais em Belo Horizonte: imagens de anos nem sempre dourados. In: CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 3. 1987, Brasília. *Anais...* Brasília: SBS, 1987. p.52-68.
- 29 VEIGA, Laura da, BARBOSA, Maria Lígia O. UFMG: a gestão universitária e limites à democracia interna nos anos pós-68. Belo Horizonte: UFMG, 1988.
- 30 VEIGA, Laura da, CARNEIRO, Carla B. L., COSTA, Bruno L. O. *As ciências sociais na UFMG: trajetórias, controvérsias e produção (1964-1988)*; mimeo. Belo Horizonte: UFMG, 1991.
- 31 VEIGA, Laura et al. UFMG: trajetória de um projeto modernizante. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n.5, p.5-40, dez. 1987.
- 32 VELLOSO, Arthur Versiani. A filosofia como matéria de ensino. *Kriterion: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG*, Belo Horizonte, v.4, n.15/16, p.22-52, jan/jul. 1951.
- 33 WHITLEY, Richard. *The intellectual and social organization of the sciences*. Oxford: Clarendon, 1984.